

Janeiro 2009

# CONTRA CORRENTE

para quem desafia o pensamento único

**REDEBRASIL**  
sobre Instituições Financeiras Multilaterais

## QUEM GANHA COM A DESTRUIÇÃO DA AMAZÔNIA?

- (X) os governos
- (X) as transnacionais
- (X) BID, Banco Mundial, FMI
- (X) mineradoras
- (X) agronegócio
- (X) bancos privados
- (X) empreiteiros

• IIRSA e PAC:  
a floresta e seus povos  
são obstáculos

• Alfredo Wagner  
fala do atual paradoxo  
na região

• A política equivocada  
do BNDES

• Crise: reformar ou  
salvar o capitalismo?



JUNIAO.

Editorial

# Porque a vida nos pede coragem

É com muita satisfação que apresentamos *CONTRA CORRENTE* a você.

Com esta publicação, queremos contribuir para o debate do financiamento ao desenvolvimento a partir do acúmulo gerado nesses 14 anos de existência da Rede Brasil. Nossa proposta é subsidiar movimentos, organizações, homens e mulheres engajados nos processos de resistência ou comprometidos com a construção de um mundo justo.

Nesta edição especial para o Fórum Social Mundial 2009, os artigos e reflexões retratam a atual conjuntura de crises – econômica, ambiental, energética, alimentar – e têm como principal foco a Amazônia. Essa opção se deve não só pelo fato de que esse evento será realizado em Belém, no Pará, e a região estará no centro do debate. Recentemente, a Amazônia tornou-se um dos maiores alvos dos projetos das Instituições Financeiras Multilaterais (IFMs) e, sem dúvida, o principal da Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) e da sua versão brasileira, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo federal.

A realização desses projetos impactará a floresta e a realidade de seus povos de modo severo e irreversível. No entanto, a sociedade, de um modo geral, pouco sabe sobre eles. A IIRSA, por exemplo, é ignorada pela mídia e até por importantes setores do governo.

O exercício de monitoramento das IFMs tem permitido às organizações que integram a Rede Brasil a constatação de que o financiamento ao desenvolvimento tem sido usado como um instrumento de dominação política ao longo da história recente. Os artigos publicados aqui refletem justamente sobre o que resulta desse entendimento trazido pela Rede, ou seja, que as propostas de soluções apresentadas à atual crise – sobretudo pelos centros de poder global, como as próprias IFMs – vão no sentido de um novo ciclo perverso de endividamento dos países mais pobres.

Por último, gostaríamos de agradecer imensamente às pessoas que contribuíram para a primeira edição de *CONTRA CORRENTE*: autores/as dos textos, fotógrafos/as, revisores/as, e diagramador, que dedicaram muitas horas de um valioso e árduo trabalho.

Índice

- 4 A Rede Brasil na contra-corrente da hegemonia do capital
- 6 Financiamento a megaprojetos: novos desafios
- 8 Surfando na crise
- 10 A Amazônia como alvo principal da IIRSA, BNDES...
- 12 É preciso um Anti-PAC
- 14 Complexo Madeira - A evolução de uma mentira
- 16 Os impactos do Prosamim
- 18 Paradoxo Amazônico – entrevista com Alfredo Wagner
- 23 BID - 50 anos financiando a desigualdade
- 24 Fundo Amazônia: mais do mesmo ou um instrumento para a justiça?
- 26 Mudanças Climáticas e IFIS: salvando o planeta ou o capitalismo?
- 28 Em dívida com a Amazônia
- 30 Nós somos a teia que sustenta a Rede!
- 31 Criada a CPI da dívida

**REDEBRASIL**  
sobre Instituições Financeiras Multilaterais

*CONTRA CORRENTE* é uma publicação da Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais. Janeiro de 2009

Revisão: Gabriel Strautman, Guilherme Carvalho, Magnólia Said  
Projeto Gráfico: Guilherme Resende  
Edição: Patrícia Bonilha

Os artigos assinados refletem a opinião de seus autores/as. E não, necessariamente, são questões consensuadas na Rede Brasil.

Foto na capa: Nilo D'Avila  
Foto na contracapa: João Correia Filho

SCS, Qd 08, Edifício Venâncio 2000, Bloco B-50, sala 415  
70333-970, Brasília – DF Brasil • t + 55 61 3321-6108  
www.rbrasil.org.br

Apoio: **actionaid**

Boa leitura!

# Na contra-corrente da hegemonia do capital

Um olhar sobre os quase 15 anos de vida da Rede Brasil, a proposta inicial, suas estratégias, conquistas e desafios na luta pela superação das injustiças

**D**a decisão de um grupo de organizações da sociedade civil e movimentos que necessitavam de um espaço amplo e diverso de discussão sobre as Instituições Financeiras Multilaterais (IFMs) surge a Rede Brasil, no ano de 1995. Esse espaço deveria dar ressonância às denúncias sobre os impactos das políticas e projetos dessas instituições e influenciar os seus sistemas de poder. Abrir canais de interlocução sobre essas instituições com o governo, o parlamento e com elas próprias era um outro objetivo que esta Rede se propunha a realizar.

O entendimento era que a criação de redes nacionais em torno de uma temática específica favoreceria uma mobilização maior da sociedade civil e uma participação mais ativa junto ao governo. A proposta também era influenciar a criação de redes nacionais em outros países com esse mesmo tema e, portanto, uma atuação mais coordenada para enfrentar as políticas das instituições financeiras materializadas nos países do Sul Global, a partir de decisões unilaterais.

Baseada nessa premissa, a Rede se ampliou, demarcou um posicionamento crítico frente às IFMs e à relação, ora de pacto ora de subordinação, dos governos do Sul diante delas. Como consequência, tornou-se referência nacional e internacional tanto no debate como na produção analítica sobre a atuação e as políticas dessas institui-



Apoiar e subsidiar os movimentos de resistência: uma das prioridades da Rede Brasil

ções. Além disso, tem desempenhado um importante papel na articulação de organizações e movimentos sociais em momentos significativos de suas lutas e resistências.

Combinando várias estratégias, como o diálogo, a denúncia, a produção crítica e a mobilização social, a Rede manteve uma agenda sintonizada com as exigências do contexto nacional e internacional. Mesmo em momentos de arrefecimento das forças sociais e crise de projetos políticos, conseguiu sustentar a idéia da importância de termos no País um espaço que complexifique as diferentes formas que as IFMs en-

contram para se manterem relevantes e atuantes no desenvolvimento dos países, usando a dívida como moeda de troca para regular as suas políticas.

## Frutos da experiência

Inicialmente, a Rede considerava que a questão da relação IFMs-governos-sociedade civil estaria resolvida caso essas instituições fossem democratizadas, viabilizando-se uma participação cada vez mais qualificada, tanto dos governos do Sul como das organizações da sociedade civil.

Ocorre que as experiências mostraram

que reformas não são capazes de superar vícios de origem, ou seja, a própria constituição dessas instituições – onde países centrais definem o poder de mando através de cotas – impede que elas propugnem por políticas incentivadoras de um desenvolvimento promotor dos direitos humanos e com perspectivas de superação das injustiças.

O recrudescimento das desigualdades – resultado já previsto de políticas de desenvolvimento pautadas na desregulamentação, na liberalização, privatizações e livre mercado, embora criticadas por estrategistas renomados do Banco Mundial – confirmou, na década atual, a impossibilidade de uma aposta na reforma dessas instituições. Começa, então, a se fortalecer no interior da Rede, em conjunto com outras articulações parceiras que tratam de temas correlatos, como o Jubileu Sul, a idéia de rechaço a essas instituições, pela co-responsabilidade na implementação do modelo neoliberal. Outra demanda que ganha força é a necessidade de pautar o debate, em âmbito internacional, a respeito de uma nova arquitetura financeira que incida sobre as assimetrias entre os países, superando o que alimenta a razão da existência dessas instituições: países cada vez mais empobrecidos e dependentes.

Hoje, estamos diante de um contexto bem mais complexo, com novos atores nacionais e internacionais e várias estruturas sendo criadas, num ambiente de disputas por espaços de poder e de liderança entre países.

Essa conjuntura traz outras exigências para a Rede: fortalecer as articulações nacionais e internacionais; qualificar suas associadas; e romper o bloqueio da mídia oficial, demonstrando que as desigualdades que se manifestam no local são resultado de processos decisórios que se constroem em nível global, e que essas instituições têm um papel fundamental nesses processos. Também está colocado para a Rede o desafio de construir uma agenda clara e agregadora que conduza a um avanço na realização do projeto de desenvolvimento que queremos ter.

## A colheita compensadora

Nessa perspectiva, fatos e ações importantes têm marcado a trajetória da Rede:

- O primeiro Painel de Inspeção na história do Banco Mundial, liderado pela Rede Brasil, mobilizou a sociedade brasileira e mundial, potencializando outras iniciativas no plano internacional;
- A abertura pública do CAS – Documento de Estratégia de Assistência ao País – incentivou organizações de outros países a exigirem a publicação dos documentos de estratégia do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para seus países;

**“Está colocado para a Rede o desafio de construir uma agenda clara e agregadora que conduza a um avanço na realização do projeto de desenvolvimento que queremos ter”.**

- A denúncia dos limites das salvaguardas ambientais desses bancos levou a uma revisão das suas políticas para o meio ambiente;

- A desmistificação do chamado “Novo Mundo Rural”, programa proposto e financiado pelo Banco Mundial desde os anos de 1990 e baseado numa Reforma Agrária de Mercado, foi favorecida pela denúncia da situação de endividamento dos “beneficiários” dessa política;

- O bloqueio do pedido de aprovação de empréstimo do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) ao Banco Mundial, processo que demorou seis meses, propiciando um grande debate público so-

bre como se constroem os mecanismos de endividamento do País;

- O incentivo e apoio à criação da Frente Parlamentar em Defesa do Financiamento Público e da Soberania Nacional, gerando competências técnico-políticas nas assessorias parlamentares para uma interlocução mais consistente junto ao governo;

- A denúncia pública sobre a proposta de perdão da dívida dos países pobres, por parte do Banco Mundial e BID, obrigando o Banco Mundial a promover um debate (em abril de 2008) com as organizações, em nível global, sobre as diferentes concepções de dívida odiosa e ilegítima;

- E a denúncia da farsa da Ajuda Pública ao Desenvolvimento para os países mais pobres e/ou acometidos por catástrofes ou guerras – uma forma de impor mais abertura desses países à entrada das transnacionais.

Todo esse acúmulo foi fundamental para que nossos esforços hoje estejam voltados para: a construção de uma instituição que possa financiar o processo de integração entre países desde os povos; para uma auditoria global da dívida e dessas instituições; e para um trabalho de alerta aos estados e municípios que estão gerando dívida a partir dos empréstimos diretos com essas instituições.

A referência desses quase 15 anos é o que nos leva a fomentar um debate estratégico sobre o projeto da Iniciativa de Integração da Infra-estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), o Banco do Sul, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a dívida. Esses temas formam o pano de fundo do que se coloca hoje, para o nosso continente, como os desafios a serem superados na construção de um instrumento que, de fato, financie o nosso desenvolvimento com justiça social.

\* Magnólia Said é advogada, membro do Esplar –

Centro de Pesquisa e Assessoria e da coordenação da

Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais –

magnolia@esplar.org.br

# Financiamento a megaprojetos: novos desafios

A América do Sul se vê diante de novos cenários e uma complexidade que exige um incomum esforço crítico de análise e interpretação da atual realidade da região

Focar a atenção exclusivamente nas clássicas Instituições Financeiras Internacionais (IFIs), como o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), não contempla os múltiplos fatores, meios e percursos envolvidos na relação entre financiamento, megaprojetos e a perspectiva neoliberal que orientam as políticas da maioria (se não da totalidade) dos Estados na América do Sul<sup>1</sup>. Não porque estas agências político-financeiras não tenham mais um papel relevante nessa relação; pelo contrário, continuam tendo. O fato é que novos atores políticos e projetos econômico-financeiros são, na atualidade, tão ou mais importantes que essas instituições<sup>2</sup>.

Além da Corporação Andina de Fomento (CAF) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), um conjunto importante de Instituições Financeiras Regionais (IFRs), que têm a particularidade de estarem nas mãos dos próprios governos latino-americanos, vêm adquirindo uma crescente participação na promoção e no fi-

nanciamento de projetos de infraestrutura física (como estradas, hidrovias, ferrovias, gasodutos e usinas hidrelétricas). Em linhas gerais, a ação destas instituições está voltada para viabilizar as

**“Uma parcela importante da engrenagem financeira dos megaprojetos na América do Sul que não tem merecido a atenção devida é representada pelos bancos privados.”**

condições físicas para o aumento da interdependência econômica em nível regional, impulsionada por acordos preferenciais de integração, em um contexto de abertura e desregulamentação sob o

argumento de que irá aumentar a “capacidade competitiva” dos países na economia globalizada. Na prática, isto tem significado gerar condições de maior acessibilidade a diferentes áreas do continente, permitindo a extração de recursos naturais (tais como minérios, petróleo, soja, etc) e facilitado a inserção da produção nos mercados globais.

## Adoção dos preceitos neoliberais

Passados oito anos desde quando foi lançada oficialmente, a Iniciativa de Integração da Infra-estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) conta com o apoio da maioria dos governos, inclusive daqueles que chegaram ao poder com uma plataforma crítica ao neoliberalismo e à tutela das IFIs. Além disto, os dados publicados pelo Comitê de Coordenação Técnica da IIRSA, em dezembro de 2007, indicam que dos US\$ 21 bilhões investidos na carteira prioritária de projetos da IIRSA até então, o BID e a CAF representam respectivamente 7% e 8% dos compromissos totais de financiamento, em comparação aos 62% alocados pelos orçamentos nacionais dos doze países membros da IIRSA e 21% pelo respec-

tivo setor privado. Neste processo, o Brasil fortaleceu sua influência sobre a gestão do BID, onde passou a liderar a vice-presidência com mais poder nesta instituição, a da Divisão de Infra-estrutura, além de diversos postos do alto escalão. De outro lado, o BNDES não só empresta atualmente cerca de oito vezes do total combinado das IFIs por ano como também concede empréstimos fora do Brasil - cerca de US\$ 4,2 bilhões em empréstimos de 2007 a 2008.

Outro aspecto que vem chamando a atenção é a expansão empresarial brasileira para os países vizinhos, principal marca do processo recente de transnacionalização do capital brasileiro, em estreita vinculação com a concepção e implementação da estratégia embutida na IIRSA. A crescente presença do capital internacionalizado brasileiro nas economias da região andina vem colocando por terra as expectativas de muitos analistas que, nos países dessa região, acreditaram que, com o governo Lula, os processos de integração poderiam alcançar novas dimensões e superar os conteúdos essencialmente neoliberais que haviam caracterizado os anos de 1990.

As empresas brasileiras de grande porte com atuação global estão presentes na maioria dos países andinos. É o caso dos grupos Petrobrás, Vale (do Rio Doce), Gerdaul, Votorantim, Odebrecht e Camargo Corrêa. Um exemplo da expansão empresarial brasileira para os países vizinhos e sua vinculação com a estratégia embutida na IIRSA são as obras das rodovias inter-oceânicas que cortam a Bolívia e o Peru, onde atuam as principais empreiteiras brasileiras, que beneficiam enormemente o setor do agronegócio do Centro-Oeste e Norte do Brasil, o centro industrial instalado no Sudeste brasileiro e as principais cadeias produtivas das transnacionais que operam no continente.

Na Colômbia, a Camargo Corrêa e a Odebrecht receberam, a título de financiamento, US\$ 650 milhões do BNDES para a construção da Ferrovia Carare, uma estrada de ferro conectando o al-

tiplano colombiano e o litoral atlântico, destinada a transportar carvão para exportação. Esta estrada deverá ter um ramal para a região de Paz del Rio, onde está instalada uma grande siderúrgica adquirida pelo Grupo Votorantim, que recentemente foi “socorrido” pelo governo Lula da Silva, por intermédio do Banco do Brasil, que assumiu 49,99% do capital acionário do Banco Votorantim.

## Furor privado

Uma parcela importante da engrenagem financeira dos megaprojetos na América do Sul que não tem merecido a atenção devida é representada pelos bancos privados. Há muito que ser feito em termos de análise e avaliação sistemática da sua participação na promoção e no financiamento dessas obras. Em setembro passado, por exemplo, o BNDES (em parceria com o BID, o IFC/BIRD e bancos privados) anunciou a criação da Empresa Brasileira de Projetos (EBP). Seu objetivo é estruturar e modelar projetos de infraestrutura nas modalidades “concessão pública” e “Parceria Público-Privado” no Brasil e na América do Sul. Integram esta empresa os bancos Bradesco, Itaú-Unibanco, Santander, Citibank, Votorantim, Espírito Santo e Banco do Brasil.

Enfim, o tema é complexo e exige um novo esforço crítico de análise e interpretação das transformações havidas na última década nas relações entre financiamento, megaprojetos e neoliberalização na América do Sul.

\* Ricardo Verdum é doutor em Antropologia Social da América Latina e Caribe, assessor do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) e membro da coordenação da Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais - [verdum@inesc.org.br](mailto:verdum@inesc.org.br)

1- David Harvey, em *O Neoliberalismo: história e implicações* (São Paulo, Edições Loyola, 2008), proporciona uma interessante história político econômica da origem do neoliberalismo, forma de organização político-econômica hoje hegemônica no âmbito do capitalismo global.

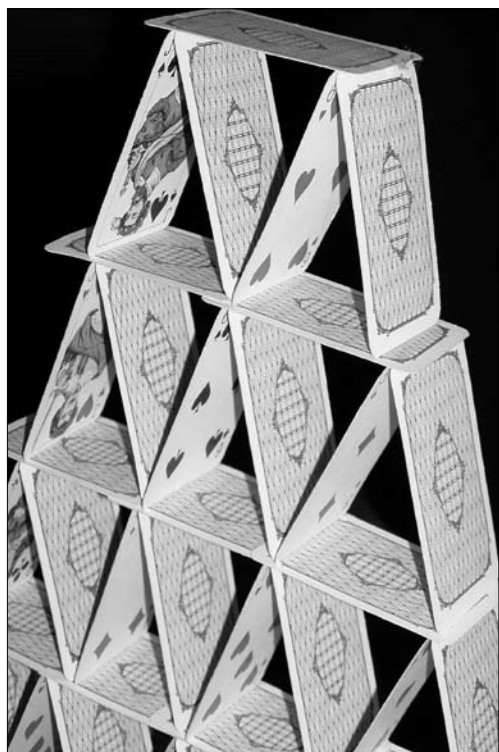
2- *Financiamento e Megaprojetos: Uma interpretação da dinâmica regional sul-americana* (Brasília, Instituto de Estudos Socioeconômicos, 2008).



**“A crescente presença do capital brasileiro na região andina vem colocando por terra as expectativas de que, com o governo Lula, os processos de integração superariam os conteúdos essencialmente neoliberais”**

# Surfando na crise

A crise mundial tirou as Instituições Financeiras Multilaterais (IFMs) do buraco. De um déficit de US\$ 294 milhões, a previsão para abril de 2009 do FMI, por exemplo, mudou para um lucro líquido de US\$ 11 milhões



atores, bem como para a rearticulação dos processos de resistência a esse sistema. Porém, a máxima de que a crise abre novas portas é uma faca de dois gumes. Atentos a essa observação, líderes dos países que comandam o capitalismo em escala mundial estão aproveitando a crise para consolidar ainda mais as bases desse sistema, dando maior poder às suas instituições.

Reunidos em Washington, nos Estados Unidos, no final do ano de 2008, líderes de países que integram o G20 apontaram para a necessidade de reformas no sistema financeiro internacional como saída para a crise. Foram discutidas propostas como a conclusão da Rodada Doha de comércio internacional, maior transparência das aplicações financeiras e regulação do sistema, incluindo as agências de avaliação de crédito. Além disso, discutiu-se uma reforma no Fundo Monetário Internacional (FMI) e no Banco Mundial, buscando dar maior peso aos países emergentes de forma a “refletir as mudanças na economia mundial”.

## As coisas, como elas são

Porém, antes de falar em reformas, devemos reconhecer que a estrutura da atual arquitetura financeira mundial reflete as assimetrias de poder existentes nas relações econômicas internacionais. A roleta em que se transformou a economia global nas últimas décadas possui um vício de origem que a faz privilegiar

apenas os que já são fortes. Vício esse que não pode ser corrigido, a menos que seja transformado. Isso significa que as instituições que zelam pelo bem-estar desse sistema, como as Instituições Financeiras Multilaterais (IFMs), são também as mantenedoras desse vício e, portanto, devem deixar de existir.

Criadas no pós guerra, no que ficou conhecido como Consenso de Bretton Woods, essas instituições deveriam financiar o desenvolvimento – começando pela reconstrução dos países europeus devastados pelas guerras – e zelar pelo bem-estar da economia mundial, evitando, através da regulação e da aplicação de políticas anti-cíclicas, os desequilíbrios e as situações de crise. Décadas mais tarde, o que se viu foi exatamente o contrário. As instituições, que surgiram para proteger o sistema, estavam agora contribuindo decisivamente para o aprofundamento das suas contradições. Através do instrumento político do endividamento público, e a serviço dos países capitalistas do Norte, as IFMs impuseram ao mundo o conjunto de reformas liberalizantes que criou as bases jurídicas e econômicas para a abertura das economias e a transnacionalização do capital, aumentando o risco e a vulnerabilidade do sistema econômico, quando deveriam atuar justamente para evitar as crises.

## Lei da ação e reação

Crises são inerentes ao sistema capitalista. A dimensão da atual é uma consequência direta do neoliberalismo e das insti-

tuições. Durante os últimos vinte anos, o intenso processo de desmonte dos Estados levou à liberalização dos mercados e ao fim do controle de capitais, em favor da ganância e do lucro sem lastro na produção. O desenvolvimento de uma sofisticada tecnologia de meios de comunicação, somado às privatizações e às pesadas políticas de ajustes fiscais, permitiu que quantidades cada vez maiores de recursos fossem retirados da esfera produtiva das economias para percorrer o planeta através dos mercados financeiros em busca da máxima valorização. Sofisticados produtos financeiros – como derivativos e títulos securitizados – foram desenvolvidos para reduzir

**“A roleta em que se transformou a economia global nas últimas décadas possui um vício de origem que a faz privilegiar apenas os que já são fortes.”**

o risco destes investimentos especulativos. No entanto, a crise atual acabou mostrando que o tiro saiu pela culatra, pois o frágil castelo de cartas do sistema financeiro internacional desmoronou.

Sem se importar em gerar contradições ou em negar seus próprios dogmas, os mercados, afundados pela crise, pediram socorro aos Estados, deixando claro que não se trata de desmontá-los, mas sim de privatizá-los cada vez mais. Quantidades impressionantes de recursos foram canalizadas para o socorro de bancos enquanto os trabalhadores e trabalhadoras do mundo inteiro, assolados pelas crises alimentares e climáticas, e pela aguda recessão, continuam abandonados à sua própria sorte.

Assim, fala-se em uma reforma do sistema financeiro e até em um novo “Bretton Woods”. Mas a quem servirá isso tudo?

## Dívida pra lá e pra cá

Fazendo valer a idéia de que crise é oportunidade, ao longo dos últimos meses, instituições como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Mundial e o FMI apressaram-se em anunciar que estão prontos para conceder, de maneira ágil e desburocratizada, empréstimos para os países afetados pela crise. Diante disso, o FMI, por exemplo, acaba de rever a previsão para o fechamento de suas contas em 2009: em vez de um déficit de US\$ 294 milhões, a perspectiva agora é de que o período seja fechado com um lucro (renda líquida) de pelo menos US\$ 11 milhões, que poderá ser ainda maior caso a crise financeira se agrave. Logo, a saída apontada por estas instituições para a crise é um novo ciclo de endividamento dos países, ou seja, o mesmo remédio que no passado levou à redução do papel dos Estados na economia e ao aprofundamento do fundamentalismo dos mercados.

Parece que ainda somos incapazes de enfrentar a causa real das falhas do sistema capitalista: sua própria lógica. Somos incapazes ou não queremos enfrentar essa discussão? Manter intacto o atual sistema econômico, orientado para o processo de mundialização das finanças, significa proteger os interesses dos que dele se beneficiam. Na atual conjuntura política e econômica, apenas falar em reformas e recuperação da atividade econômica como meios de superação da crise é inútil.

É preciso ir além e questionar as bases do capitalismo e de suas contradições pois, se não há lugar para todos e todas à sombra do sistema capitalista, é nossa responsabilidade ética imaginar e construir um novo sistema que elimine as diferenças, ao invés de aumentá-las.

\*Gabriel Strautman é economista e secretário executivo da Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais – gabriel@rbrasil.org.br

**“ Manter intacto o atual sistema econômico, orientado para o processo de mundialização das finanças, significa proteger os interesses dos que dele se beneficiam.”**

# A Amazônia como alvo principal

Após o protagonismo da Alca, a IIRSA, sorrateiramente, se afirma como principal projeto expansionista para a América do Sul. Com a tutela e o dinheiro do BNDES, objetiva a exportação das riquezas da região

**P**romovida pelo Estado brasileiro como a alternativa que levaria o Brasil e toda a América do Sul a encontrarem seu espaço específico na geopolítica internacional, a Iniciativa de Integração da Infra-estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), aos poucos, mostrou a sua essência. Ao propor a construção de rodovias, hidrovias, hidrelétricas e a normatização do comércio entre as nações, este projeto evidenciou que o uso do termo “integração”, evocador dos melhores sentimentos de solidariedade entre os povos, não passava de cortina de fumaça que esconde o projeto expansionista de atores econômicos brasileiros, financiados principalmente pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), sobre os recursos naturais brasileiros e dos nossos vizinhos sul-americanos.

Criada durante a onda neoliberal dos anos de 1980 e 1990, a IIRSA se inicia em 2000 sob o governo do presidente Fernando Henrique e se confirma desde 2003 com o mandato de Lula da Silva. A Iniciativa tem como alvo principal a Bacia Amazônica, onde se localizam os maiores dos seus mais de quinhentos projetos. São obras com capacidade de reorganizar o território, desprezando culturas, direitos e o equilíbrio socioambiental. O alvo principal da IIRSA é dotar a Amazônia de infra-estrutura econômi-

ca de tal modo que ela seja transformada em uma grande plataforma de fornecimento de insumos básicos, no campo da energia e da alimentação, para centros consumidores nos Estados Unidos, zona do Euro, China e Japão.

**“O BNDES vai conceder ao Complexo Madeira o maior financiamento da sua história e cobrará por ele taxas comparáveis àquelas cobradas de projetos sociais sem fim de lucro.”**

São, exatamente, 514 projetos de transporte, energia e comunicações, como consta na página [www.iirsa.org](http://www.iirsa.org). Eles se dividem em 47 grupos de projetos orçados em US\$ 69 bilhões, mas há aqueles “especiais”, mercedores de melhores condições de crédito e de atenção

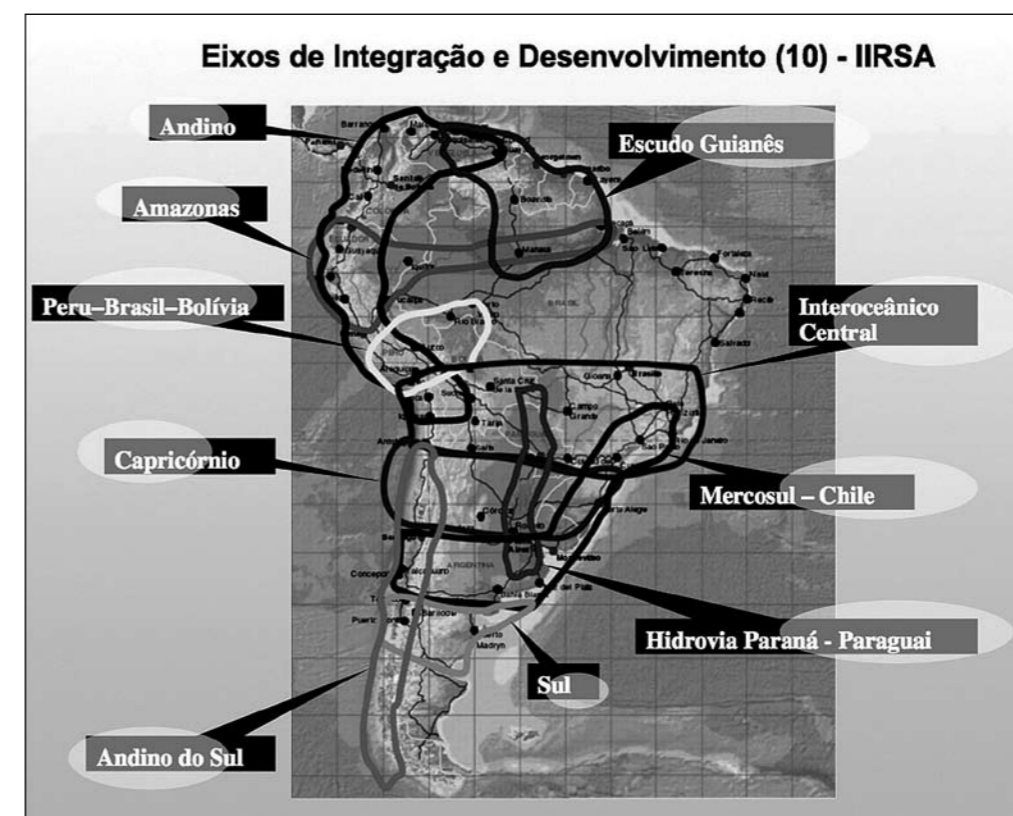
institucional redobrada para a legislação ambiental. É a chamada Agenda de Implementação Consensuada 2005-2010, constituída por 31 projetos estimados em US\$ 10,2 bilhões.

#### Recursos públicos, lucros privados

A IIRSA é formalmente coordenada técnica, política e financeiramente pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Mas, como boa parte de seus projetos envolvem a porção brasileira da Bacia Amazônica, tem o decisivo aporte financeiro do BNDES.

Este Banco tem, por exemplo, apostado todas as suas fichas na construção das obras consideradas peças-chave da Iniciativa: as usinas Jirau e Santo Antônio, no Rio Madeira, em Rondônia. Somente a construção destas duas usinas, sem considerar o custo das eclusas e da linha de transmissão, foi orçada em mais de R\$ 20 bilhões, segundo divulgou a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) em abril de 2007. Antes mesmo de qualquer avaliação da viabilidade econômica e socioambiental do projeto, o BNDES assumiu o compromisso de financiar 80% da obra em conjunto com fundos de pensão de estatais (a maioria dos quadros nas suas direções é indicada pelo governo brasileiro).

As usinas do Madeira são um laboratório em que os agentes econômicos



Fonte: <http://www.foei.org/es/campaigns/finance/iirsa-integracion-en-riesgo>

internacionais, com predominância dos brasileiros, tentam estabelecer novos marcos de desrespeito à legislação ambiental e de amplo favorecimento financeiro às empresas envolvidas nos projetos. São uma espécie de cabeça de ponte para estabelecer novos parâmetros de atuação do Estado, que tende a suavizar suas obrigações regulatórias.

#### Investimento alto, sem garantia

Apesar do projeto conter riscos graves, de vários tipos, o BNDES vai conceder às obras o maior financiamento da sua história e cobrará por ele taxas comparáveis àquelas cobradas de projetos sociais sem fim de lucro. A modalidade de financiamento escolhida, o *project finance*, faz com que o Banco passe a depender de uma receita que não está garantida. Qualquer atraso no pagamento do empréstimo afetará a rentabilidade e, devido à escala dos valores envolvidos, a própria reputação do BNDES como ente público de financiamento do desenvol-

vimento. Na prática, a rentabilidade do projeto dependerá de eventuais antecipações da entrada em operação das usinas e da colocação de grandes blocos de energia no mercado livre.

A IIRSA também está subliminamente vinculada à adormecida Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Planejada para tornar as Américas um território econômico livre, a Alca seria apenas um acordo legal. Para ser real, concreto, precisaria de dois complementos que estrategicamente seriam fornecidos pela IIRSA: uma base física sobre a qual transitassem as *commodities* e uma legislação aduaneira comum. É sintomático que o congelamento da Alca – originado de um amplo desacordo interno entre as forças que a apoiavam, além de uma conjuntura eleitoral adversa na América Latina – tenha se dado em paralelo a uma aparente maré de baixa da IIRSA.

Antes, os defensores desta última realizavam audiências sem grandes divulgações (pelo menos duas delas nos subsolos

**“A verdadeira intenção da IIRSA: extrair em escala nunca antes vista os recursos naturais da América do Sul e, principalmente, da Bacia Amazônica.”**

da sede do BNDES, no Rio de Janeiro). Mas, hoje, sequer isso acontece, evidenciando que, à medida que o escopo verdadeiro dos projetos vem à tona, nem a utilização do simpático epíteto “integração” é mais suficiente para esconder a verdadeira intenção da IIRSA: extrair em escala nunca antes vista os recursos naturais da América do Sul e, principalmente, da Bacia Amazônica. Nem que para isso seja necessário criar amplos territórios econômicos, internos às nações da região, com sua própria institucionalidade e conectados diretamente ao mercado internacional, sem qualquer vínculo de solidariedade entre as demais regiões dos países em que se localizam.

A IIRSA continua bem e a Alca não está derrotada. Ela pode renascer a qualquer momento.

\*Carlos Tautz é jornalista e pesquisador do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) - [tautz@ibase.br](mailto:tautz@ibase.br)

# É preciso um Anti-PAC

Para não capitularmos diante da barbárie, é preciso construir desde já um projeto de desenvolvimento definido a partir das necessidades, direitos e urgências do conjunto da população brasileira

Em seu lançamento, em janeiro de 2007, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi recebido como uma retomada da intervenção estatal, depois de décadas de auto-mutilação de prerrogativas de política econômica. Mas o dito retorno veio disciplinado pé ante pé em trilhas pré-definidas pelos setores econômicos relevantes no País. Os grupos financeiros à cabeça das fusões e reestruturações ditadas de fora para dentro, as redes de serviços agraciadas com as privatizações e os fornecedores de insumos primários ou semi-elaborados para as cadeias transnacionais ascenderam em escala inversa à da economia nacional. Definido o crescimento que importa, cabe ao governo proporcionar meios de acelerá-lo.

O PAC expressa o espaço residual a que foi confinado o Estado brasileiro enquanto arena pública. O modelo econômico hegemônico, ou seja, a forma como se ajustam e se combinam as frações dominantes, está cada vez mais fora do âmbito de avaliação, monitoramento e interferência dos eleitores e dos governos por eles constituídos. Em países financeiros e com função destacada na divisão internacional do trabalho, as eleições pouco interferem na condução dos ministérios da área econômica e, especialmente, do Banco Central.

O controle sobre um território com tamanha abundância e variedade de re-

ursos naturais não é nada desprezível na disputas inter-oligopolistas. Estratégias de deslocalização e de especialização regressiva e progressiva hierarquizam os benefícios materiais e imateriais e os instrumentos de comando. Esse controle da periferia não é possível sem parcerias “locais”, sem núcleos endógenos que neutralizem movimentos de oposição majoritários, sem a pacificação dos bolsões de miséria com políticas assistenciais eficientes. A gestão de uma economia de enclaves, ou mais precisamente de redes de fornecimento global de produtos com alta escala e baixo valor agregado, exige a recomposição parcial do mercado interno e do setor público.

## O que pilota o PAC

Este programa representa uma tentativa de alargamento da brecha criada pelas Instituições Financeiras Multilaterais (IFMs) para transferir recursos destinados à dívida pública para investimentos em projetos estratégicos de infra-estrutura. A lógica do sistema financeiro é aumentar a solvência do País, otimizando sua capacidade exportadora, e melhorar a “qualidade do gasto público”, ou seja, o seu nível de complementaridade com os requerimentos dos mercados.

Em 2004, o Banco Mundial patrocinou estudos para apresentar programas de flexibilização fiscal a fim de viabilizar

programas orientados de crescimento. O Projeto Piloto de Investimentos (PPI) é um produto de encomenda, um programa de oxigenação condicional do que interessa para sua posterior privatização e transnacionalização. Trata-se de autorização de gasto público sem ônus para as metas de ajuste fiscal (superávit primário), desde que os projetos - em Parcerias Público-Privado (PPPs) com participação predominante do setor privado - comprovem ser de alto retorno econômico, inclusive fiscal, em benefício da “sustentabilidade da dívida pública”. O PAC ergue-se e configura-se no PPI. É sua referência metodológica e sua base normativa, inscrita no último acordo do Brasil com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e mantida depois como política de Estado a partir de 2005, depois de dispensados os serviços externos do Fundo. Conseqüentemente, expandiu-se o teto do PPI de 0,15% para 0,5% do PIB, por ano.

O PAC foi concebido para otimizar o modelo produtivo rebaixado vigente no País, em coerência com as políticas macroeconômicas restritivas da nossa real capacidade de gerar e distribuir renda. O PAC se legitima, portanto, como indutor, multiplicador e facilitador de investimentos privados em infra-estrutura, ou seja, na melhoria da produtividade dos grandes negócios. “Em vez de risco-Brasil: negócio-Brasil” seria um lema apropriado para o Programa.

Ao observarmos os destinatários últimos dos projetos de expansão das redes de comunicações, de transportes e de energia, caberia falar de indução pública do investimento privado ou de formatação privada e oligopolista dessa mesma indução pública?

O objetivo do PAC é a redução de custos operacionais para negócios de larga escala, bem como o enquadramento dos riscos regulatórios no setor de infra-estrutura. Na prática, significa adotar um espelhismo das necessidades das grandes empresas como necessidades nacionais, com uma franja de beneficiários indiretos como efeito colateral. E para aquilo que seria essencial: tetos limitados e contingenciamentos, ficando o passivo social a cargo de políticas compensatórias focalizadas.

## A crise internacional: PAC ou anti-PAC?

Como se sabe, dos R\$ 503,9 bilhões previstos para serem investidos até 2010, 58% serão para geração e transmissão de energia, 30% para infra-estrutura social e urbana e 12% em logística. Desse total, R\$ 67,8 bilhões proviriam do orçamento do governo central e R\$ 436,1 bilhões das estatais federais e do setor privado.

Todo esse esforço concentrado precisa ser reavaliado em função das conseqüências de se exercer um papel subsidiário de um modelo beneficiário de uma globalização desregrada e assimétrica, agora em crise profunda. Não há porque acelerar em direção ao abismo. A demanda externa por matérias-primas e semi-elaboradas decrescerá fortemente por anos seguidos.

O crédito internacional encolherá na mesma medida em que aumentarão os requisitos para a sua liberação. Os investimentos externos diretos que se mantiverem serão ainda mais incondicionados.

Não há mais justificativa para priorizar política de atração de investimentos, de promover concessões unilaterais e antecipadas para obter e renovar a confiança dos investidores. De que vale oferecer garantia de rentabilidade sem garantia de reciprocidade em termos de difusão

tecnológica e de densificação de cadeias produtivas? Querer atrair capitais nessas condições significa disposição de rebair direitos sociais, regulamentações e exigências ao nível das perdas de mercado dos setores exportadores. Os portavozes das empresas especializadas na degradação de trabalhadores, de cidades e do meio ambiente, depois de promoverem demissões em massa, não hesitam em reivindicar medidas de precarização laboral de emergência, entre outras propostas indecorosas. Medidas públicas de

**“Os recursos públicos, as estatais e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) não podem continuar a ser instrumentalizados por uma massa privada falida, por um ralo sem fundo.”**

socorro ao setor privado estão sendo implementadas e anunciadas, sem exigência de qualquer contrapartida, por exemplo, algo elementar como a exigência de manutenção dos empregos.

Os recursos públicos, as estatais e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) não podem continuar a ser instrumentalizados por uma massa privada falida, por um ralo sem fundo. O dinamismo econômico possível passa por uma reversão do modelo econômico vigente, exógeno e segregador. Dar centralidade ao mercado interno através de políticas de fomento

à substituição de importações e ao desenvolvimento tecnológico, de priorização das pequenas e médias empresas e da agricultura familiar. O retorno econômico dos projetos precisa ser antes retorno duradouro e para todos. Os critérios de financiamento público - cobiçadíssimo em tempos de vacas magras - precisam incorporar componentes sociais, ambientais e territoriais que sejam inerentes a um novo tipo de cálculo econômico. Justamente o que não precisamos é de mais PAC, um “PAC plus”, a mão visível adstrada pela invisível, a cartorialização das economias de enclave.

Precisamos de um anti-PAC, em que o setor público passe a ser condutor, na exata medida do poder de conduzir que dispõe, nas condições colocadas e em potência. Definidas as características basilares do PAC - de complementaridade dos setores econômicos antes competitivos, de passividade frente ao modelo e de atividade consentida apenas para sua otimização -, a antítese do PAC seria um programa de desenvolvimento nacional e regional definido a partir das necessidades, direitos e urgências do conjunto da população brasileira. A premissa óbvia é o desembaraço da camisa de força macroeconômica, é romper com o cativeiro rentista gerido por um Banco Central manietado por conglomerados financeiros causadores e alimentadores da presente crise. Que em 2009 a reavaliação da política econômica do papel das estatais, do BNDES e do Banco Central possa ser o ponto focal de nossos debates, reflexões e mobilizações. Diante da crise, ou capitulamos frente aos corretivos da crise, nos submetendo à mais barbárie institucionalizada amanhã, ou reunimos capacidade de talhar uma alternativa de poder de forma conseqüente nas fissuras sistêmicas que se apresentam.

\*Luis Fernando Novoa Garzon é sociólogo, membro do ATTAC, da Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais e da Rede Brasileira para Integração dos Povos (Rebrip) - l.novoa@uol.com.br

# A evolução de uma mentira

O Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira foi apresentado como a salvação econômica e social para o povo de Rondônia e a solução energética para o Brasil. Mas a verdade é outra

Em 2003, o projeto do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira foi apresentado no seminário internacional de co-financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) e da Corporação Andina de Fomento (CAF) e identificado como uma fonte de energia renovável, de larga escala, competitiva e, portanto, de interesse do País. Sob a ótica dessa apresentação feita por Furnas Centrais Elétricas S.A. e pela Construtora Norberto Odebrecht, esse projeto lideraria a era de interiorização do desenvolvimento da região no bojo da Iniciativa de Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA).

A possibilidade fictícia de estabelecer um novo paradigma tecnológico de geração hidrelétrica em rios de planície, como o Rio Madeira, presentes na Bacia Amazônica, com determinadas características de velocidade e volume de água, foi cantada em verso e em prosa pelos empreendedores às fontes de financiamento futuro.

Sob o aliciamento de instituições públicas e privadas, os empreendedores acenaram criminosamente com uma oportunidade para a população da região usufruir de benefícios utópicos. Com a falsa intenção de preparar a sociedade para assumir compromissos e enfrentar os riscos e desafios oriundos da implantação de um capital fi-



Dezenas de toneladas de peixes morrem por falta de oxigenação: impactos das obras

sico do porte do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira, criaram o sonho.

## Energia essencial para quem?

O primeiro devaneio que pretendia justificar esse projeto como âncora do eixo de integração Brasil/Peru/Bolívia, da IIRSA, seria o de superar os obstáculos naturais à navegação do Rio Madeira e seus afluentes, com a construção de eclusas. No segundo, o estado de Rondônia iria suprir o País de energia em quantidade expressiva gerada pelas hi-

drelétricas Santo Antônio e Jirau. Mais uma falácia para vender a obra.

O Plano Decenal de Energia (PDE) 2008/2017, lançado em dezembro de 2008, pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), mostra que as usinas Santo Antônio e Jirau deverão contribuir com apenas 6,3% da capacidade instalada do País, até o horizonte de 2017.

Para reforçar a necessidade visceral do governo pelos empreendimentos que mudariam para sempre a face da Amazônia, e justificá-los, foram inventados

outros “benefícios” que eles trariam, como a integração da infra-estrutura energética e de transporte entre o Brasil, Bolívia e Peru; a consolidação do pólo de desenvolvimento industrial do agromercado na região Centro-Oeste; a integração dos estados de Rondônia, Acre, Mato Grosso e Amazonas ao Sistema Elétrico Interligado brasileiro; acréscimo de 4.225 quilômetros de rios navegáveis à montante de Porto Velho – Brasil, Bolívia e Peru; e a geração de energia a baixo custo.

Nessa época [2003], faziam parte do Complexo outra hidrelétrica e a hidrovia no trecho binacional Abunã – Guajará-Mirim, que estavam na fase de estudos de inventário. O governo boliviano já havia sido contatado e os estudos em território nacional iniciados. Faltou informar aos bolivianos a técnica dos “Impactos Teleguiados”<sup>1</sup>.

Os valores dos investimentos previstos para as usinas e as eclusas do Complexo do Madeira estavam calculados em dólares. Para Santo Antônio seriam necessários US\$ 2,7 bilhões; para Jirau, US\$ 2,5 bilhões; para o sistema de transmissão, US\$ 650 milhões; e para as duas eclusas, US\$ 106 milhões e US\$ 127 milhões. Os investimentos para os projetos no trecho binacional Abunã – Guajará-Mirim, ainda na fase de estudos de inventário, não tinham sido estabelecidos.

Trata-se da implantação de uma “lógica econômica” e que, na verdade, é uma lógica perversa. A de que os investimentos trariam a ocupação de áreas de baixa densidade populacional – a floresta – com benefício local e regional.

## Um “santo” projeto

Calcularam, inclusive, um aumento da produção agrícola de 25 milhões de toneladas/ano e redução do custo de produção, além de se induzir a maior acessibilidade à região, que nessa lógica seria, na verdade, a indução à ocupação. Acrescentaram à “lógica econômica” da destruição, os incríveis “benefícios” nacionais, como a melhoria do saldo da ba-

lança comercial com o aumento das exportações, a descompressão das grandes cidades, o impacto positivo na indústria de equipamento e insumos agrícolas. O Rio Madeira se transformaria num verdadeiro milagre para o capitalismo.

Os “benefícios” continuariam, ainda, com o aumento das encomendas na indústria de base, de turbinas, geradores e outros equipamentos para as usinas. Empreendedores e governo intuíram também “benefícios” multinacionais como a

**“O Plano Decenal de Energia 2008/2017... prevê um acréscimo da ordem de 135% em geração termelétrica que exigirá investimentos de R\$ 9 bilhões. Onde está o milagre do Madeira?”**

integração completa entre o Brasil, Bolívia e Peru, a facilitação do acesso ao Oceano Pacífico e ao mercado asiático para o Brasil e a Bolívia, o combate ao narcotráfico, a facilitação do acesso ao Oceano Atlântico e ao mercado europeu para a Bolívia e o Peru, o incremento da produção agrícola na Bolívia em 24 milhões toneladas/ano. O paraíso seria atingido facilmente.

Toda a lógica que foi criada em 2003 para “vender” o Complexo do Madeira fez a sociedade acreditar numa utopia de geração de riquezas com a construção

de pictóricas obras encravadas na Amazônia. Pura fantasia de “benefícios” socioambientais. Argumentos mirabolantes, como o de construir usinas de baixa queda e usar turbinas bulbo como forma de reduzir as áreas alagadas, passaram a ser veiculados pela imprensa como verdades oniscientes. A ex-ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, chegou a dar entrevistas anunciando que haviam resolvido o problema dos grandes impactos ambientais com a utilização de turbinas bulbo.

Considerar a viabilização da diversidade agrícola no Centro-Oeste como benefício é o mesmo que incentivar o recrudescimento da marcha do agromercado sobre a floresta e sobre os biomas. Considerar que as hidrelétricas do Madeira iriam, inclusive, substituir a geração térmica foi um outro grande engodo. Mais uma vez, o Plano Decenal de Energia 2008/2017 é a prova da grande mentira em que se transformou o projeto do Madeira. Ele prevê um acréscimo da ordem de 135% em geração termelétrica que exigirá investimentos de R\$ 9 bilhões. Então, onde está o milagre do Madeira?

Outros “benefícios” ambientais, ainda, foram inventados pelos planejadores de empreendimentos milagrosos. O Complexo do Madeira, enganoso paradigma na implantação de projetos de infra-estrutura sustentável na Amazônia, traria, pasmem, até um descongestionamento do tráfego na região Sudeste.

Incrível poder de fascínio!

\* Telma Delgado Monteiro é ambientalista, ativista e pesquisadora da área de energia - <http://telmadmonteiro.blogspot.com>

1- Artigo sobre os impactos ambientais que “cessam” quando alcançam as fronteiras, publicado em 2007. <http://telmadmonteiro.blogspot.com/2009/01/as-hidreltricas-do-madeira-e-os.html>



# Os impactos do Prosamim

Milionário projeto de saneamento e recuperação dos igarapés de Manaus, financiado pelo BID, revela-se uma triste ilusão e prejudica a vida dos moradores ribeirinhos; empreiteiros, por outro lado, têm motivos para querer mais

A partir da instalação da Zona Franca de Manaus, em 1967, esta cidade passou por um acelerado processo de crescimento urbano e populacional, que impactou severamente as populações situadas às margens dos igarapés. Desde aquela época, esses moradores ribeirinhos sonham com a oportunidade de uma moradia digna e com a recuperação da vida das nascentes, dos leitos e da mata ciliar.

Imbuídos dessa expectativa e cansados das promessas feitas periodicamente, na época de eleições, os moradores do Igarapé da Cachoeirinha, situado na zona sul da cidade, começaram a se organizar. Em 1997, dispostos a conseguir resolver os problemas de saneamento na comunidade, passaram a reivindicar benfeitorias para o leito do igarapé e para as famílias que ali moravam há gerações. Daquele ano até 2003, apresentaram várias emendas ao orçamento da prefeitura de Manaus, que, em sua maioria, foram rejeitadas a mando do executivo. Finalmente, as obras têm início em 2003. No entanto, devido ao descaso, falta de planejamento e às péssimas condições de trabalho, como a utilização de máquinas sucateadas, sete casas desabam. Os moradores reagem, fechando avenidas e exigindo um posicionamento das autoridades.

Neste mesmo ano, o governo do estado consegue a aprovação de um empréstimo de US\$ 200 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), atra-

vés do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (Prosamim). Devido ao desabamento, o governo estadual assume, através de um Plano Emergencial, os trabalhos no Igarapé da Cachoeirinha - que não constavam originalmente no Prosamim.

O projeto está estruturado em três grandes áreas, com os seus respectivos componentes:

1 - Infra-estrutura sanitária: ampliação da cobertura dos serviços de água potável e esgoto sanitário, incluindo disposição final de águas servidas; melhoria dos serviços de coleta e disposição adequada de lixo.

2 - Recuperação ambiental: reassentamento de famílias retiradas das áreas de risco; dotação de infra-estrutura básica, incluindo implantação de vias marginais, melhorias nos serviços de energia elétrica, transporte urbano, educação ambiental e participação comunitária.

3 - Sustentabilidade social institucional: desenvolvimento de política urbana e social que contemple alternativas habitacionais para grupos de baixa renda, geração de trabalho e renda e fortalecimento da gestão urbana.

## O pesadelo traz à realidade

O que está escrito no projeto é bonito e remete para os moradores a possibilidade de re-comoçarem as suas vidas. O sonho parecia possível, já que esta-

va contemplado no projeto. Mas, infelizmente, as lutas sob sol e chuva, durante tantos e tantos anos, não resultaram em melhoria da qualidade de vida. Ao contrário.

Foram muitos os problemas. Técnicos contratados pelo governo induziram as famílias humildes a comprarem suas casas através de corretores, o que não era permitido. Os mesmos tinham suas propostas aprovadas rapidamente, enquanto as pessoas que não aceitavam negociar com os corretores dificilmente tinham suas propostas aprovadas.

A senhora Marilda Teles Cardoso, 56 anos, moradora há 16 anos do Igarapé da Cachoeirinha, aceitou a indicação do corretor Valter Araújo para a aquisição de sua nova casa. Desde o dia 15 de junho de 2005, seis dias após ter se mudado para o bairro São José, localizado no extremo oposto da cidade, ela peregrina pela sede do Prosamim para se desfazer da casa. Induzida a assinar o termo da compra da casa quando estava bastante doente e coagida, sob a ameaça de que aquela era a única oportunidade que teria para adquirir um outro imóvel - em troca do que seria destruído para dar lugar às obras do Prosamim -, ela não se ateu para as péssimas condições do imóvel que estava adquirindo. A casa alaga freqüentemente com as chuvas e não oferece nenhuma segurança para ela, que vive sozinha.



Os igarapés não são recuperados e os moradores continuam insatisfeitos: Prosamim, do BID, prioriza a satisfação dos grandes empreiteiros

Cotidianamente ignorada pelos “profissionais” do programa, ela busca uma solução para o que não poderia ter acontecido: a aprovação da proposta do corretor que comprou a casa em um outro igarapé, o que também não é permitido. Esse caso foi denunciado nacionalmente no jornal Folha de São Paulo<sup>1</sup>.

O “reassentamento” das famílias é feito para áreas distantes do local onde moravam, trabalhavam e tinham suas vidas estabelecidas. Algumas vezes, elas se mudam até mesmo para casas insalubres e em áreas de risco. O absurdo chegou ao ponto de moradores que não aceitavam essas “propostas” do governo serem intimados a depor no distrito policial por “desacato à autoridade”. Isso aconteceu com vários mo-

radadores, como Tereza Andrade da Silva, Haroldo Bastos de Oliveira e Raimundo Afonso Barbosa de Aquino, dentre outros.

A recuperação dos igarapés e a resolução dos problemas de saneamento é obviamente falaciosa, já que o trabalho se inicia na metade do igarapé e não na nascente, onde seria o correto.

Agora, é fundamental ressaltar que o que está sendo cumprido à risca rigorosamente é o trabalho de engenharia, com prioridade para a canalização dos igarapés, construção de duas avenidas, construção de espaços públicos, como o “shopping popular” que foi inaugurado em meados do ano passado com a presença do presidente Lula e até agora não foi aberto para atender o público.

Fica evidente que a opção é, mais uma vez, beneficiar os empreiteiros de plantão. Mesmo que isso custe a desapropriação de várias famílias carentes.

Pior que isso, só mesmo a aprovação de mais US\$ 154 milhões para a efetivação do Prosamim 2, realizada em 10 de novembro de 2008. Se o governo continuar investindo neste projeto de maquiagem os reais problemas dos igarapés e de seus moradores, daqui a pouco, eles terão que se mudar é para outras cidades.

\* Marcos Roberto Brito de Carvalho é coordenador da Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, que fica na margem do Igarapé da Cachoeirinha - socramrb@bol.com.br

1-“Corretor cobra propina em programa do BID”, Caderno Cotidiano, 27 de março de 2006

# Paradoxo Amazônico

Conflitos sociais, territorialização, identidade cultural, povos tradicionais, direitos coletivos. Todos esses elementos compõem o foco do trabalho do professor Alfredo Wagner Berno de Almeida. Doutor em Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, ele pesquisa na Amazônia desde 1972. Há quase quatro anos tem se dedicado ao projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais da Amazônia, que produz interpretações atentas da problemática social, econômica e ecológica de quebradeiras de coco, comunidades negras e indígenas, homossexuais, populações extrativistas, ribeirinhos e pescadores, entre tantos outros. Leia abaixo trechos da entrevista que Alfredo Wagner concedeu à *CONTRA CORRENTE*

## A partir da perspectiva das populações tradicionais, como o senhor avalia o atual projeto do governo brasileiro para a Amazônia?

Primeiramente, é importante constatar que, até outubro de 2008, quando da deflagração de uma das mais graves “crises financeiras” do capitalismo, persistia uma visão triunfalista dos agronegócios e das expectativas face ao mercado de *commodities* agrícolas e minerais, sobretudo no que concerne, de um lado, às empresas mineradoras (ferro, ouro, caulim), às indústrias de papel e celulose e às usinas de ferro gusa, e de outro lado, às agropecuárias e plantações industriais homogêneas. No entanto, os grandes interesses, vinculados à sojicultura, à agropecuária, à plantação de eucalipto e demais grandes plantações, face à queda abrupta de preços das *commodities*, passaram a anunciar falta de crédito, redução das áreas cultivadas, demissão de trabalhadores e demandaram do Estado a anistia de dívidas e créditos facilitados. A flutuação do mercado de *commodities* e o caráter volátil dos créditos do mercado futuro evidenciaram toda a fragilidade de um sistema econômico



O antropólogo Alfredo Wagner, com artesã de Itaquera, RR: "momento é de construção de sonhos"

Ana Paulina

apoiado na monocultura, na flexibilização das leis trabalhistas, na exportação de *commodities* e na destruição indiscriminada de recursos naturais. Diferentemente do velho sistema agrário-exportador, que resistiu por décadas, senão séculos, às flutuações de preços e à derrocada, tem-se agora um novo modelo de *plantations*, paradoxalmente, com uma aparência de maior fragilidade às crises.

Tem-se, portanto, uma grande plantação mais atrelada ao capital financeiro e às flutuações de preços. A volatilidade de recursos aplicados em bolsas de produtos agrícolas, contratos de curtíssimo prazo, oscilação célere dos preços e a precariedade das relações de trabalho evidenciam que esse tipo de unidade de produção precisa ser melhor estudado.

Os mecanismos de inspiração neoliberal que se revelaram absolutamente fragilizados, como o idealismo neoliberalista de afastar o Estado da economia, de enxugá-lo ao extremo e de imaginar que a racionalidade e a eficácia só se realizam plenamente nos empreendimentos privados, desagüaram no “Estado-hospital”. Coube aos aparatos do Estado atender, mais uma vez, às demandas de quem, até dias antes, tinha especulado à larga, ilegalmente, inclusive, e obtido lucros astronômicos.

E aí o discurso do “capitalismo de crise” apareceu com toda nitidez sob o manto de que é “mesmo assim” e que, após as “crises”, o Estado tem que socorrer, como já aconteceu depois de 1929. A ideologia dos ciclos volta a reinar e não há responsabilidade social naquilo que é vivido como “natural”. Os empresários especuladores se eximem de qualquer “culpa” e fica por isso mesmo. Porém, tanto a ideologia dos ciclos quanto aquela de que estamos a um passo da crise final e que a auto-destruição do capitalismo é questão de tempo devem ser relativizadas.

Na Amazônia, o mercado de terras estava super-aquecido, o mercado de crédito de carbono também. As agências de crédito multilaterais estavam intervindo na estrutura formal do mercado de terras e na política de acesso aos recursos natu-

rais. Com a “crise”, no entanto, passaram a não dispor de recursos e a não ter como financiar a implementação de suas próprias “invenções”.

A retração na Amazônia não inicia por falência de bancos e empresas imobiliárias, mas pelas empresas mineradoras reduzindo a sua produção, demitindo em massa; pelas usinas de ferro-gusa paralisando seus fornos em Marabá e em Açailândia

**“Este é o paradoxo que a Amazônia se insere hoje: uma descontinuidade econômica da ofensiva dos grandes conglomerados financeiros e, por outro lado, uma continuidade da ofensiva dos dispositivos neoliberais.”**

(103 dos 161 fornos de ferro-gusa no Brasil estão parados); e pelas áreas de plantio de soja sendo reduzidas. A Vale reduziu a sua produção em 10%, por exemplo. As entidades patronais rurais - onde se encastelam os pecuaristas, principais responsáveis diretos pelas elevadas taxas de desmatamento na Amazônia nos últimos dez anos, segundo relatórios do próprio Banco Mundial - agora demandam anistia de suas dívidas junto ao governo federal.

Há uma inibição das agências multilaterais para investir na Amazônia. Os grandes projetos, como o PPG-7 [Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil], estão praticamente parados.

O governo, por sua vez, acena com uma nova política agrária e com a criação de uma agência mais ágil e eficaz que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). No entanto, os dispositivos que acionou só fizeram legalizar aqueles que ocuparam terras ilegalmente no passado e no presente, ou seja, os grileiros.

O tipo de regularização agrária que poderá ser implementado agora não vai alterar a estrutura agrária. Percebe-se que, a despeito da “crise”, estão dadas as condições institucionais para uma “retomada”, senão uma continuidade, daquela visão triunfalista. A MP 422 [que passa de 500 para 1.500 hectares o limite que dispensa a licitação para a venda de terras públicas] e a instrução normativa nº. 49, para titulação das terras de quilombos, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, vão no sentido de flexibilizar os direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais.

No legislativo, continuaram as tentativas de reduzir a dimensão física da Amazônia, facilitando a expansão dos agronegócios. O ante-projeto de lei do senador Jonas Pinheiro e aquele do deputado Osvaldo Reis, que pretendem tirar o Mato Grosso e Tocantins, respectivamente, da Amazônia são dois exemplos. Em 1953, todos os empresários queriam fazer parte da Amazônia devido aos créditos facilitados e incentivos fiscais. Agora, todos querem sair, principalmente os produtores de soja, ferro gusa e papel e celulose.

Outra ação que enfraquece a Amazônia é a diminuição da faixa de fronteira de 150 km para apenas 50 km, com o objetivo de abrir as terras para o mercado de *commodities*. A “crise” ou as alterações no cenário econômico não se refletiram no legislativo, já que estes projetos continuam tramitando a todo vapor. O objetivo das Ações Diretas de Inconstitucionalidade

(ADIns) contra os direitos territoriais de indígenas, quilombolas, quebradeiras de coco babaçu, ribeirinhos e comunidades de faxinais e fundos de pasto é claro: enfraquecer a Constituição de 1988, remover as bases legais que asseguram os direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais. Eles são vistos como um obstáculo à expansão do mercado de *commodities*, aos desmatamentos e à destruição de rios e fontes d'água. Os direitos territoriais das populações tradicionais acham-se tão ameaçados hoje quanto antes da "crise".

É sob este paradoxo que a Amazônia se insere hoje: por um lado, verifica-se uma descontinuidade econômica da ofensiva dos grandes conglomerados financeiros sobre a terra e demais recursos naturais e, do outro lado, uma continuidade política e uma continuidade da ofensiva dos dispositivos neoliberais na esfera do legislativo.

**A sua atual experiência com o trabalho de cartografia social conseguiu detectar como se dão essas ofensivas aos direitos territoriais e de identidade das populações amazônicas?**

O que se constata a todo momento são sucessivas tentativas, por parte de setores conservadores, de flexibilizar estes direitos territoriais. Atualmente, todas as questões sobre as terras indígenas e quilombolas passam a ter no judiciário a sua palavra final. Tudo vai para o STF [Supremo Tribunal Federal], como o caso da homologação das Terras Indígenas Raposa Serra do Sol e dos Pataxós. O sociólogo Boaventura de Souza Santos analisa processo similar como "judicialização da justiça". O propósito conservador é rediscutir todos os territórios de comunidades tradicionais: indígenas, quilombolas, faxinais, fundos de pasto, quebradeiras de coco babaçu, ribeirinhos etc. São tantas as formas de pressão, no judiciário e no legislativo, e tantos são os meios para divulgá-las que parece uma campanha de des-territorialização. Trata-se de criar uma instabilidade para as terras indígenas e quilombolas já reconhecidas e as que estão por serem re-

conhecidas, propiciando condições para que ingressem no mercado de terras.

Por outro lado, está havendo uma reação a estas tentativas de impedir a vigência dos direitos territoriais. Os movimentos sociais estão conseguindo, em certa medida, impor a sua pauta. Em Rio Preto da Eva, no Amazonas, o prefeito municipal assinou uma Lei de Desapropriação destinando um imóvel urbano de mais de 40 hectares para os indígenas da Comunidade Beija-Flor. Em São Gabriel da Cachoeira, além de terem eleito um prefeito

**“Os grupos sociais estão construindo situações de auto-sustentabilidade. É um momento de construção de sonhos e de possibilidades e não significa outra coisa que limites para o agronegócio”**

indígena, foi regulamentada a lei municipal que co-oficializa o tukano, o baniwa e o nheengatu como línguas oficiais. Há um outro padrão de relações políticas em curso? O debate vai começar a esquentar com a discussão sobre as ambigüidades do desenvolvimento capitalista na Amazônia. Desmatar no ritmo do agronegócio ou preservar para se apropriar do patrimônio genético? Sem ter discernimento, fica difícil refletir sobre as medidas em curso. A iniciativa de limitar o Incra, instituindo uma agência agrária, pode fazer com

que 2009 seja o ano 1970-71 da ditadura militar, em que foi criado o próprio Incra e intensificada uma ação de colonização cujos efeitos dramáticos até hoje se fazem sentir. Existem novos instrumentos operacionais de regularização, de desapropriação e de reconhecimento fundiário? Não. Se não há, será que adianta fazer mudanças burocráticas e artificiais?

O que mais se percebe na cartografia social é o esforço de cada comunidade tradicional na identificação dos recursos essenciais. O tradicional neste sentido nada tem a ver com o passado, com a linearidade do tempo. O tradicional está relacionado com a maneira de uso dos recursos e com sua persistência. Ele tem a ver com o futuro. Os grupos sociais estão construindo situações de auto-sustentabilidade. É um momento de construção de sonhos e de possibilidades e não significa outra coisa que limites para o agronegócio, que anseia uma expansão desmedida.

**Quais são as conseqüências de grandes obras de infra-estrutura na Amazônia, como o Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira?**

Até hoje, você tem comunidades coladas com Tucuruí e Balbina que não têm energia elétrica. Comunidades localizadas ao lado da Alcoa, no Maranhão, ou da Albrás, em Barcarena, no Pará, que não têm acesso aos direitos agrários elementares. Esse modelo de "progresso" tem que ser repensado. As beneficiadas com a construção de Tucuruí foram as grandes empresas de alumínio, como a Alcoa e a Alcan, e as mineradoras. Os grandes projetos são apresentados como ícones de progresso, mas eles, na verdade, cristalizam as desigualdades. Eles são apresentados como se, fora daquela realidade, viesse o caos. E ainda, minimizam toda uma complexidade, colocando de um lado as comunidades "atrasadas" e do outro lado o "progresso".

A atual crise financeira revela que a irracionalidade se encontra justamente onde se afirma que a "eficácia" reina e prospera. Assim se vêem e são vistas as mineradoras e empresas, como a Aracruz



“Os grupos sociais não destroem as fontes de sua própria razão de ser e existir”: quebradeiras de coco babaçu protegem a floresta

e a Votorantim, que especulam e, pior, utilizando recursos públicos. Afinal, o BNDES financia essas empresas especuladoras? Esta é uma pergunta que tem que ser feita. Elas foram financiadas com recursos públicos? A Amazônia foi desmatada sofredamente, em um ritmo jamais visto, sob a batuta do mercado de *commodities*. Para estes interesses não há limites. Eles são capazes de transformar a maior floresta tropical do mundo em savana para gerar dividendos para o agronegócio. Com a crise, essa concepção leva um choque e cria condição para que se reconheça que preservar a Raposa Serra do Sol é mais racional do que entregá-la para seis arroteiros. Não dá para dizer que limita-se a uma opção do "progresso" versus a economia primitiva. As áreas mais preservadas são as áreas onde residem os indígenas, os ribeirinhos, as quebradeiras. Você acha que

uma quebradeira irá destruir babaçuais? Que os seringueiros vão destruir seringais? Os ribeirinhos, os rios, as florestas de igapó? O suicídio de um grupo social como um todo, é possível? Eles não vão se suicidar. Não irão destruir as fontes de sua própria razão de ser e de existir.

**Atualmente, até mesmo as transnacionais da mineração afirmam que suas atividades são sustentáveis. Como o senhor avalia a real atuação delas em contraposição ao discurso que propagam?**

De acordo com o antropólogo José Sérgio Leite Lopes, a "ambientalização" é uma forma de discurso consensual. Todo mundo passa a ter esta preocupação ecológica, de preservação, sustentável. Atributos são criados para designar as empresas, com seus gerentes e setores

especializados. O discurso incorporado e uma suposta consciência ambiental profunda ganham destaque. Tudo isso é uma figura de retórica. Os procedimentos de conservação modelo destas empresas não passam dos viveirinhos, dos bosques e das cascatas artificiais. A Serra dos Carajás tem um pequeno zoológico, um jardim botânico, um pequeno museu. Apresentam até preocupações de pesquisa e preservação arqueológicas. Isso tudo faz parte desse suposto desenvolvimento, que supostamente atende aos quesitos ambientais. Essas figuras de retórica, como "o maior lago do mundo", "muito piscoso", "construção gigantesca", criam uma visão idílica, formada de pequenos bolsões. Cria-se uma idéia de arquipélago, de pequenas ilhas de florestas, mini zoológicos, que são criados junto com cada grande em-

María José Romero\*

# 50 anos financiando a desigualdade

O BID completa bodas de ouro. No entanto, não há muito o que comemorar. Banco contribui para a implementação de políticas que aumentam a desigualdade social e a injustiça

Segundo o Convênio Constitutivo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), vigente desde 30 de dezembro de 1959, o objeto da instituição é "... contribuir para a aceleração do processo de desenvolvimento econômico e social, individual e coletivo, dos países membros em via de desenvolvimento...". No entanto, as funções desenvolvidas por este Banco foram muito além da assistência econômica e da promoção do investimento de capitais públicos e privados. Ao longo de meio século, o BID realizou ações de incidência em políticas econômicas, trabalhistas, fiscais e de comércio exterior que não alcançaram os objetivos esperados, além de terem contribuído para a reprodução das desigualdades em nosso continente.

Em suas próprias publicações, o BID afirma que "... trabalha diretamente com os países para combater a pobreza e fomentar a equidade social por meio de programas adaptados especificamente à conjuntura local...". Através da divulgação de indicadores, o Banco tenta mostrar parte deste trabalho realizado, mas como sustenta o escritor argentino Jorge Luis Borges, "a publicidade é curiosa, já que é a arte de fazer crer como verdade o que o outro diz sobre si mesmo".

Por esta razão, as organizações da sociedade civil procuram passar a limpo os indicadores oficiais para chamar a aten-

ção sobre as deficiências e o baixo grau de cumprimento de seus objetivos propostos.

É evidente que a redução da pobreza, tão propalada pelo BID, não foi alcançada. Mais ainda, a desigualdade na América Latina apresenta índices alarmantes, com os níveis mais altos de desigualdade de renda do mundo. Nesta região, a renda per capita dos 10% mais ricos supera, em muitos países, cerca de 20 vezes ou mais a renda dos 40% mais pobres.

## Por um modelo justo

Dessa maneira, acreditamos que o 50º aniversário do BID é um marco importante para evidenciar o fracasso do modelo de desenvolvimento promovido por esta instituição e para a apresentação de alternativas construídas pelos povos da América, tendo como objetivo a promoção efetiva do seu bem-estar. Neste sentido, um grupo de organizações da sociedade civil tomou a decisão de organizar um encontro popular paralelo à Assembléia de Governadores do BID, que se realizará de 27 a 31 de março, em Medellín, na Colômbia. O evento terá três eixos principais: (i) a crise financeira; (ii) as mudanças climáticas; e (iii) os direitos humanos, em particular os direitos sociais e ambientais, bem como os direitos da natureza.

Essa campanha é formada pelas seguintes organizações: Bank Information



Center (BIC); Instituto Latinoamericano de Servicios Legales Alternativos (Ilsa); National Alliance Latin American Caribbean Communities (NALACC); Instituto Popular de Capacitación (IPC); Grupo Semillas; Red de Educación Popular entre Mujeres (Repem); Instituto del Tercer Mundo (IteM); M'Biguá. Ciudadanía y Justicia Ambiental; Centro de Derechos Humanos y Ambiente (CEDHA); Corporación de Gestión y Derecho Ambiental (Ecolex); e Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais.

Ela representa uma convergência de iniciativas que buscam a transformação do modelo hegemônico de desenvolvimento, já em crise. A participação ampla, ativa e engajada de ativistas, acadêmicos, artistas, parlamentares e funcionários de governos progressistas é imprescindível para fazer frente às ações programadas pelo BID e pelo governo da Colômbia nessa celebração.

\* María José Romero, cientista política e pesquisadora do Monitor de IFIs en América Latina/ Instituto del Tercer Mundo (IteM), no Uruguai - majo@item.org.uy



Carvão vegetal retirado da floresta alimenta os fornos das empresas de ferro gusa: a morte da Amazônia gera lucro para o mercado de commodities

preendimento na Amazônia. A Serra do Navio tem a sua área preservada. Ninguém pergunta de onde sai o carvão para alimentar os fornos das empresas de ferro gusa. Trata-se de carvão vegetal, e ele é retirado da floresta, na grande maioria dos casos. Com a crise, a oportunidade de evidenciar de que auto-sustentabilidade estamos falando, aumenta. Que desenvolvimento é este? O castelo de cartas está caindo e a curto prazo vai provocar algumas percepções diferentes.

## De que modo a atual estratégia do agronegócio impacta na desterritorialização das comunidades?

Há uma visão economicista que prevalece e precisa ser relativizada. Por que não desenvolver uma ágil política de reconhecimento para os castanheiros, seringueiros, quilombolas, peconheiros? Quando tentam operacionalizar os procedimentos de reconhecimento imediato, não existem mecanismos ágeis. Como instituí-los nesta quadra adversa ao mercado de commodities?

Por outro lado, não se pode parafrasear Guimarães Rosa, dizendo que "é a hora e a vez dos povos e comunidades tradicionais". Afinal, os mecanismos de grilagem continuam reconhecidos sem maior contestação. O que não vale para a comunidade tradicional que está ocupando e tem a posse permanente de seu território há séculos, vale para o latifundiário que veio de fora há alguns anos, desmatou e fez um imenso pasto, pensando em vendê-lo para um sojicultor.

Vale dizer que todos os grupos na Amazônia estão mudando de estratégias. Os bancos, as agências multilaterais, as ONGs e os governos. Os efeitos da crise sobre o mercado de terras estão vivos. Trata-se do tema da ordem do dia. Aliás, as próprias ONGs ambientalistas incorporaram a questão da regularização fundiária. Se apresentam na discussão como os novos especialistas em regularização fundiária, ao lado do BIRD [Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento]. Já os movimentos sociais, que há décadas

têm nos conflitos agrários uma tragédia cotidiana, passam a olhar com cautela essas mudanças burocráticas e administrativas e a recusar os padrões da nova tutela, inclusive o da delegação de se falar em nome deles.

## Os agrocombustíveis representam uma ameaça à floresta Amazônica e aos seus povos?

Plantations de palmáceas, como na Malásia, já constituíram o modelo do dia. Como política não lograram êxito. Por outro lado, onde há movimentos sociais não houve discussões mais aprofundadas. Apenas de babaçu, são 18 milhões de hectares no Brasil. Adicionando-se as extensões de outras palmáceas, das quais se pode produzir óleos vegetais, tem-se uma vasta região com comunidades extrativas que potencialmente podem ser mobilizadas e dispor seus produtos diretos. Por que não se abre uma ampla discussão sobre a viabilidade da produção de agrocombustíveis?

# Fundo Amazônia: mais do mesmo ou um instrumento para a justiça?

A complexidade da realidade Amazônica impõe desafios grandiosos ao BNDES. Para que o Fundo cumpra o seu papel, é fundamental que o Banco priorize as populações tradicionais – o que não tem sido feito até agora

Criado no dia 1º de agosto de 2008, com o objetivo de “captar doações para investimentos não reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e de promoção da conservação e do uso sustentável das florestas no bioma amazônico”, o Fundo Amazônia ainda não disse a que veio.

Naquele dia, na presença do presidente Lula, o governo que ele comanda anunciou que o Fundo pretende arrecadar US\$ 1 bilhão no seu primeiro ano e que já teria a sua primeira doação confirmada: US\$ 100 milhões, do governo da Noruega. A responsabilidade de gerenciar as contribuições, que podem ser tanto nacionais como internacionais, ficou sob a responsabilidade do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

As diretrizes e os critérios de aplicação dos recursos do Fundo Amazônia foram definidos em duas reuniões do Comitê Orientador, realizadas nos meses de outubro e novembro. No entanto, apesar da pressão do governo federal, o BNDES não deu ainda seguimento público ao Fundo. A postura ansiosa do governo, de querer que os recursos sejam aplicados ainda no ano de 2009, pode ser compreendida pelo fato de



Priorizar a resistência dos povos tradicionais: um desafio colossal para o BNDES

que quanto antes mostrar serviço e resultados, mais cedo poderá conseguir outras doações internacionais para o Fundo.

No entanto, considerando a infinidade de questões que precisam ser cuidadosamente analisadas, este “atraso” pode ser positivo. “Pessoalmente, acho importante que este processo vá devagar. Se o

governo quer construir este Fundo com um relativo consenso e com instrumentos sólidos de avaliação, não pode definir tudo de uma hora para outra”, afirma Jean Pierre Leroy, suplente da vaga ocupada pelo Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Fboms) no



O maior objetivo do Fundo Amazônia é zerar o desmatamento, mantendo a floresta em pé: a defesa do bioma é de interesse de todos os brasileiros

Comitê. Segundo ele, “o Comitê Orientador definir diretrizes e critérios é uma coisa, o BNDES concretizar essas orientações no seu plano de gestão do Fundo é outra coisa”. Ele afirma que uma comissão técnica, composta por cientistas e especialistas, foi formada para fornecer informações técnicas necessárias para o Comitê, mas que até agora seus membros (ou pelo menos ele) não receberam estes relatórios e, “sem essas informações, não é possível avançar”.

## Complexidade a ser enfrentada

Na opinião de Leroy, dois dos maiores desafios que se colocam para o Fundo são os seguintes: primeiro, ele tem que ser bem orientado. “Gerido por um banco, o Fundo pode apresentar uma face muito técnica, até economicista. Não é ruim em si que tenha exigências estritas. No entanto, se não privilegiar a capilaridade e o apoio às iniciativas de resistência das populações tradicionais, movimentos indígenas, extrativistas, como as castanheiras e os seringueiros, e os pequenos produtores, terá falhado em cumprir o seu obje-

tivo principal, o de manter a floresta em pé”. Ele avalia que o segundo desafio é que, no caso do Fundo realmente funcionar, ele não poderá atuar como uma cortina de fumaça. “Frente a alguns milhões de dólares, terá que atuar em um contexto de ampla diversidade de ocupação da Amazônia pela pecuária, soja, agrocombustíveis, etc, de modo a não ser um alibi para a continuidade da destruição da floresta e a expulsão de seus povos, que esta ocupação causa”, explica.

O fato de que o Comitê Orientador do Fundo Amazônia, formado por governos federal e estaduais e sociedade civil, não tem a atribuição de definir quem receberá os recursos, somado à atual política de financiamento do BNDES, é motivo de preocupação de Gabriel Strautman, secretário executivo da Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais. “O BNDES claramente privilegia o financiamento das grandes empresas transnacionais, como a Vale, a Aracruz, JBS, Petrobrás, e empreendimentos impactantes, como o Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira. Seus quadros técnicos

não têm experiência de trabalho com as populações de base. Então, questionamos como estes recursos do Fundo Amazônia chegarão lá na ponta, onde eles precisam chegar”, afirma.

Tanto Leroy como Strautman ressaltam a importância de que o monitoramento realizado pela sociedade civil ao Fundo Amazônia seja bastante rigoroso. Para que esse acompanhamento se concretize, com bases reais, é essencial que o Banco disponibilize todas as informações de forma acessível a todos os grupos sociais, através da internet, por exemplo. Até porque, ao contrário do que acontece em relação aos seus financiamentos, no caso do Fundo Amazônia, o Banco não pode alegar a questão do sigilo bancário. “A defesa da Amazônia e de seus povos é uma questão de interesse público de todos os brasileiros”, avalia Strautman.

\*Patrícia Bonilha é assessora de comunicação

da Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais – patricia@rbrasil.org.br

# Salvando o planeta ou o capitalismo?

A prática das Instituições Financeiras Multilaterais é oposta ao seu discurso também em relação à crise climática. Diante de uma realidade preocupante, elas criam oportunidades para lucrar mais e mais

Em novembro de 2008, o presidente da Bolívia, Evo Morales, escreveu uma carta aberta intitulada "Mudanças Climáticas: é preciso salvar o planeta do capitalismo". Nela, Morales expressa as demandas e preocupações de muitos povos, movimentos e organizações em torno da crise climática e das decisões sendo tomadas por aqueles que se intitulam "nossos líderes". Quando uma das principais soluções apontadas é fortalecer o papel de Instituições Financeiras Multilaterais (IFMs) – como o Banco Mundial –, fundamentais na elaboração e implementação das mesmas políticas responsáveis pela crise, não há como não questionar se o objetivo é salvar o planeta ou o capitalismo.

A sobre-exploração dos recursos naturais e o sobre-consumo, principalmente pelos países do Norte, são as causas das mudanças climáticas. Como resultado das atividades humanas, mudanças extremas no clima, secas e enchentes, diminuição da produtividade agrícola, perda de espécies e destruição de ecossistemas, aumento no nível do mar, o desaparecimento de territórios, o severo aumento de refugiados ambientais e outros conflitos sociais podem vir a fazer parte do nosso cotidiano, caso transformações radicais não sejam implementadas já.

A estiagem na Amazônia em 2005 – região que detém mais de 20% da água doce da Terra –, que atingiu mais de 250



O IFC, do Banco Mundial, financia a principal fonte de desmatamento no Brasil: a pecuária

mil pessoas nos estados do Amazonas e do Pará, é um claro exemplo desta presente ameaça<sup>1</sup>. No entanto, como se já não bastasse a água, a terra e as culturas tradicionais serem convertidas em mercadoria, agora, até o aquecimento global virou negócio. E um lucrativo negócio.

## Contradições que se repetem

Falsas soluções, como o mercado de carbono, os agrocombustíveis, as hidrelétricas e a energia nuclear, estão sendo cada vez mais promovidas. Os que mais contaminam não estão interessados em cumprir com os poucos compromissos assumidos. Até 2006, as emissões de Gases de Efe-

to Estufa (GEF) aumentaram em torno de 9,1% em relação aos níveis de 1990<sup>2</sup>. Além disso, as propostas apresentadas priorizam mecanismos de mitigação e adaptação que, no fundo, evitam reduções reais nas emissões e abrem caminho para mais negócios. Um dos líderes deste processo é o Banco Mundial.

Historicamente, este Banco tem sido um dos maiores financiadores de grandes hidrelétricas, termoeletricas, do agronegócio, de projetos de combustíveis fósseis e da privatização do setor de energia; todos que, de uma forma ou outra, contribuem para o aquecimento global. O Banco continua investindo entre

US\$ 2 a US\$ 3 bilhões por ano em projetos de energia responsáveis por emissões de GEF. Embora a "Análise das Indústrias Extrativas", realizada pelo próprio Banco Mundial, tenha recomendado, em 2004, que "o Grupo Banco Mundial deve reduzir gradualmente investimentos na produção de petróleo até 2008", em 2007, seu apoio financeiro para projetos de combustíveis fósseis, na verdade, aumentou. Por outro lado, no ano fiscal de 2006, os empréstimos do Banco para projetos de energia renovável representavam menos de 4% dos seus US\$ 4,4 bilhões de empréstimos para o setor de energia<sup>3</sup>.

## Um exemplo na Amazônia

As emissões de GEF resultantes do desmatamento representam 20% das emissões globais e no Brasil 75% das emissões nacionais. Enquanto a principal fonte do desmatamento no Brasil é a pecuária extensiva, a Corporação Financeira Internacional (CFI), braço do Banco Mundial que financia o setor privado, aprovou, no início de 2007, um empréstimo de US\$ 90 milhões para o frigorífico Bertim com o objetivo de dobrar a capacidade de abate anual em Marabá (PA) e expandir suas atividades em Rondônia e Mato Grosso<sup>4</sup>. Ou seja, a CFI está financiando a emissão de CO2 resultante do desmatamento e de metano proveniente da criação de gado.

No entanto, o Banco Mundial continua declarando suas preocupações em torno das mudanças climáticas e lidera o lucrativo mercado internacional de carbono. Antes de lançar o Fundo de Investimento para o Clima, em julho de 2008, o Banco já administrava dez diferentes fundos globais totalizando mais de US\$ 2 bilhões, em nome de 16 governos e 64 empresas privadas, com um lucro de 13% sobre cada transação<sup>5</sup>.

Os primeiros projetos de comércio de carbono – como captação de metano de depósitos de lixo tóxico e seqüestro de carbono a partir de plantas geneticamente modificadas – resultaram em grandes lucros para empresas dos respectivos setores e comissões para o Banco Mundial. Por outro

lado, eles têm demonstrado eficiência limitada em reduzir as emissões, além de resultar em outros problemas socioambientais.

Tais projetos, que fornecem às corporações "o direito de poluir", não resultam em modificações nas práticas de produção e consumo necessárias para lidar com o problema de forma estrutural. Agora, o Banco será o administrador – o que significa mais empréstimos – de mais de US\$ 50 bilhões. Este valor será destinado aos países do Sul para que se adaptem às mudanças climáticas. Em outras palavras, mais dívida externa ilegítima, mais condicionalidades, mais lucro para as transnacionais do mercado e um aumento da dívida ecológica e social que o Norte já deve ao Sul.

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) também já incorporou as mudanças climáticas nos seus discursos. No entanto, outra vez, o caminho entre o discurso e a prática é longo. O BID já está, por exemplo, incorporando nos seus planos e projetos a condição do país incluir um fundo para cobrir os riscos climáticos. Dessa forma, além de não proibir, ou pelo menos evitar, os riscos climáticos, qualquer risco é coberto pelo tomador do empréstimo e não pelo Banco.

## Uma crise leva à outra

Com uma contribuição inicial de US\$ 20 milhões, o BID lançou, em agosto de 2007, o Fundo de Energia Sustentável e Mudança Climática, voltado principalmente para o financiamento dos agrocombustíveis e das iniciativas de mitigação e adaptação<sup>6</sup>. A produção dos agrocombustíveis, a serem utilizados nos carros dos países do Norte, ocorre à custa do aumento de preços dos alimentos e, assim, da soberania alimentar, em um contexto em que já se vive uma grave crise de alimentos. Quando ocupam áreas de cultivo, expulsando a agricultura familiar, destroem terras que são sumidouros de carbono, como as florestas.

Da mesma forma, os projetos de assistência técnica do Fundo Monetário Internacional (FMI) para os "desafios macroeconômicos, fiscais e financeiros das mudanças climáticas" são acompanhados

de condicionalidades que violam o direito soberano dos povos de determinarem seu próprio futuro.

Os "nossos líderes" deveriam reconhecer os países do Sul como credores de uma vultosa dívida ecológica e garantir reparações e restituições pelos crimes climáticos cometidos. Enquanto 90% das emissões de carbono provêm das corporações e dos países do Norte, as populações que mais sentem as conseqüências estão nos países do Sul. Os culpados por tais crimes devem ser responsabilizados, e não fortalecidos. Os projetos e programas orientados a tratar da crise climática devem ser pagos pelos governos do Norte, pelas corporações e pela elite global, não pelos povos.

No fundo, a única solução real é atacar as causas estruturais das mudanças climáticas. Como disse o presidente Evo Morales: "as mudanças climáticas têm colocado toda a humanidade frente a uma grande disjuntiva: continuar pelo caminho do capitalismo e da morte, ou construir o caminho da harmonia com a natureza e o respeito à vida." Que caminho vamos escolher? Se o clima continuar nas mãos das IFMs, já sabemos a resposta.

\* Fabrina Furtado é economista e secretária executiva da Rede Jubileu Sul – [fabrina@jubileusouth.org](mailto:fabrina@jubileusouth.org)

1- DE SOUZA BRAGA, Osvaldo e ZANCHETTA, Inês. Seca na Amazônia: Alguma coisa está fora da ordem. Outubro, 2005. Disponível em: <http://www.brasiloste.com.br/noticia/1654/seca-amazonia>

2- MORALES, Evo. Salvamos al planeta del capitalismo. Novembro, 2008 Disponível em: <http://www.alternativabolivariana.org/modules.php?name=News&file=article&sid=3749>

3- SEEN. How the World Bank Energy Framework Sells the Climate and Poor People Short. Setembro, 2006. Disponível em <http://www.seen.org/>.

4- IFC. Latin America & the Caribbean: Project Information. 2007. Disponível em <http://www.ifc.org/ifcext/lac.nsf/Content/Project+Information>.

5- WORLD BANK. Carbon Funds and Facilities. Available in <http://carbonfinance.org/Router.cfm?Page=Funds&ItemID=24670>.

6- BID. Fundo de Energia Sustentável e Mudanças Climáticas do BID apóia esforços do Brasil e Estados Unidos para promover biocombustíveis na América Central e Caribe. Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.iadb.org/NEWS/detail.cfm?language=Portuguese&id=4371>

# Em dívida com a Amazônia

Credores de uma monstruosa dívida ecológica e histórica, a Amazônia e seu povos são cada vez mais ameaçados por um modelo que prioriza o superenriquecimento de alguns e é baseado no desperdício



As monoculturas do agronegócio transformam a floresta em um "deserto": modelo baseado no consumo e na produção excessivos



Povos da floresta, como os indígenas, defendem a Amazônia: credores de dívida histórica

A constatação da existência da dívida ecológica é um instrumento de resistência para as comunidades empobrecidas do planeta contra as iniciativas de pilhagem e apropriação dos bens comuns por parte das elites locais, regionais e globais. Este conceito específico de dívida incorpora os conflitos ecológicos distributivos que a sociedade, baseada na acumulação capitalista, tem causado ao mundo, e dos quais são vítimas as comunidades empobrecidas do planeta. Estes conflitos incluem o intercâmbio ecológico desigual, resultado dos custos não pagos e dos passivos ambientais, a biopirataria e a dívida de carbono<sup>1</sup>. Todos esses elementos têm acumulado uma dívida com o mundo e com seus verdadeiros credores, os povos que têm vivido em harmonia com o planeta.

Um dos principais mecanismos para a acumulação desta dívida ecológica tem sido os programas e políticas desenvolvidas para sustentar um modelo de "ilhas de privilégio, economias de desperdício e indústrias da barbárie"<sup>2</sup>, baseados no consumo e produção excessivos e na concentração do poder econômico e político. Esses programas têm sido impostos principalmente através das Instituições Financeiras Internacionais (IFIs), utilizando o endividamento como princi-

pal instrumento para o saque, a apropriação e a degradação dos bens comuns.

Um dos territórios mais vulneráveis à apropriação e ao saque por parte do interesse capitalista é a Amazônia. Há muito tempo, os povos indígenas e as comunidades dependentes da floresta vêm defendendo a região do afã devastador do capital, que pretende apropriar-se de toda a biodiversidade da floresta e dos conhecimentos construídos por seus povos durante milhares de anos.

## Ganância histórica

Incontáveis também têm sido as feridas que as empresas multinacionais, governos e Instituições Financeiras Internacionais têm causado a esse território e que se convertem em dívida ecológica: desde os seringaais na Colômbia no início do século XIX, quando a "produção-especulação" de José Antonio Ocampo<sup>3</sup> chegou à floresta Amazônica para satisfazer a febre inglesa do recém-inventado automóvel – que 100 anos depois nos coloca em meio à pior crise ecológica planetária – até o drama do Equador em sua luta contra as multinacionais petrolíferas que, do mesmo modo que os antepassados ingleses, destroem a floresta na região de Sucumbios para matar a sede dos países viciados em petróleo, matar a água, matar a floresta e matar a sua gente.

Os principais países da Bacia Amazônica acumularam em 2007 aproximadamente US\$ 340 bilhões em dívida externa<sup>4</sup>, sendo que Colômbia e Brasil são os maiores devedores. Muitos destes recursos têm sido dirigidos para promover políticas de internacionalização da economia, de fortalecimento do modelo agroexportador e de competitividade, que redundam em projetos como a expansão da indústria de grãos no Brasil, a construção de mega represas na Amazônia boliviana e a ampliação da infra-estrutura na Colômbia para expandir plantações de agrocumbustíveis ou para incluir a floresta no mercado de carbono.

Assim, esses empréstimos são utilizados para satisfazer os caprichos das sociedades opulentas que ostentam o título de centros de poder, e não para melhorar a qualidade de vida de nossas comunidades. Eles são duplamente prejudiciais: ferem a Amazônia, gerando dívida ecológica e acumulando dívida histórica –, sendo as duas incomensuráveis, e, ao mesmo tempo, saqueiam nossos povos, exigindo o pagamento de dívidas ilegítimas que foram inventadas para nos obrigar a entregar os nossos tesouros.

A Bacia Amazônica é uma das poucas riquezas que ainda mantém sua integridade cultural e biológica, mas está cada vez mais ameaçada pelo fantasma do roubo, da degradação e da apropriação privada mediante instrumentos como o endividamento e as condicionalidades das "economias do desperdício".

\*Juana Camacho é economista, mestranda em Ambiente e Desenvolvimento e colaboradora da Campanha Nacional En Deuda con los Derechos, na Colômbia - jcamachoo@gmail.com

1- Roa Tatiana, Navas, Luisa (Eds.) 2001, Una exigencia del Sur: Reconocer la deuda ecológica. Censat Agua Viva. Bogotá

2- Borrero, José María, 1994, Deuda ecológica: arqueología y sentido de un concepto. Disponível em [www.deudaecologica.org](http://www.deudaecologica.org)

3- Ocampo Jose Antonio, 1984, Colômbia e a economia mundial, S. XXI Editores. Bogotá

4- Em Quaterly Debt Statistics, em [www.worldbank.org](http://www.worldbank.org), janeiro de 2009

## A teia que sustenta a Rede somos nós!

Atualmente, a Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais reúne mais de oitenta organizações e movimentos sociais com o objetivo de monitorar, incidir e divulgar ações de agentes financeiros como o Grupo Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O objetivo geral da Rede Brasil é ser articuladora da sociedade civil brasileira, através de suas representações, para que atuem como sujeitos na elaboração e execução das políticas públicas e no acompanhamento de ações pontuais do setor privado, garantindo, principalmente, os interesses da sociedade frente às Instituições Financeiras Multilaterais (IFMs) e às agências de fomento, como o BNDES.

### ORGANIZAÇÕES MEMBROS DA REDE

#### Norte

Alternativa para a Pequena Agricultura do Estado do Tocantins (Apa-TO); Centro de Direitos Humanos e Educação Popular do Acre (CDDHEP); Centro de Educação e Assessoria Popular (Ceap-RO); Fundação Viver Produzir e Preservar; Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém.

#### Nordeste

Associação Alternativa Terrazul; Centro de Cultura Luiz Freire; Centro Josué Castro; Coletivo Leila Diniz; Esplar-Centro de Pesquisa e Assessoria; Floresta Viva; Fórum Bahia Azul; Fórum em Defesa da Zona Costeira do Ceará; Fundação Águas (Funaguas); Grupo Ambientalista da Bahia (Gambá); Instituto Terramar; Sociedade Afrosergipana de Estudos e Cidadania (Saci).

#### Centro-Oeste

Conselho Regional de Economia do Distrito Federal (Corecom-DF); Fórum de Meio Ambiente e Desenvolvimento do Mato Grosso do Sul (Formads); Fórum Mato-Grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento (Formad); Instituto Brasil Central (Ibrace); Rede Pantanal; Sindicato dos Economistas do Distrito Federal (Sindecon-DF).

#### Sudeste

Associação Global de Desenvolvimento Sustentado (AGDS); Conselho Regional de Economia de Minas Gerais (Corecon-MG); Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro (Corecon-RJ); Instituto Ambiental Vidágua; Instituto de Economistas do

Rio de Janeiro (Ierj); Sindicato dos Economistas do Rio de Janeiro (Sindecon-RJ).

#### Sul

Centro de Assessoria Multiprofissional (Camp); Centro de Estudos Ambientais do RS (CEA/RS); Laboratório de Sociologia do Trabalho (Lastro-UFSC); Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Bento Gonçalves (STICM).

#### Nacional e Internacional

Ação Educativa; Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoime); Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros (ABGLT); Associação Brasileira de ONGs (Abong); Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (Abia); Associação para Taxação das Transações Financeiras para a Ajuda aos Cidadãos (Attac-Brasil); Care Brasil; Coordenadoria Ecumênica de Serviços (Cese); Coalizão Rios Vivos; Confederação Nacional dos Bancários (CNB); Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social (CNTSS); Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag); Confederação Nacional dos Trabalhadores na Educação (CNTE); Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação, Agroindústrias, Cooperativas de Beneficiamento de Cereais e Indústrias do Meio Rural (Contac); Conselho Federal de Economia (Cofecon); Coordenação Nacional de Entidades Negras (Conen); Ecologia e Ação (Ecoa); Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase); Federação Interestadual de Sindicatos e Engenheiros (Fisenge); Federação Nacional dos Urbanitários (FNU); Fórum Brasileiro de Ongs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Fboms); Fórum Brasileiro de Orçamento (FBO); Fundação Centro Brasileiro de Referência e Apoio Cultural (Cebraç); Fundação SOS - Mata Atlântica; Greenpeace; Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas (Ibase); Instituto Brasileiro de Inovações Pró-Sociedade Saudável (Ibiss); Instituto de Estudos Sócio-Econômicos (Inesc); Instituto de Pesquisas em Ecologia Humana (IPEH); Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (Pacs); Instituto Ipanema de Pesquisa Avançada em

Economia e Meio Ambiente; Instituto Pólis; Instituto Sociedade, População e Natureza (ISP); Instituto Socioambiental (ISA); Internacional de Serviço Público (ISP Brasil); Mater Natura - Instituto de Estudos Ambientais; Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNL); Núcleo Amigos da Terra (NAT-Brasil); Núcleo de Estudos Sobre a Sociedade Contemporânea (NESC-UEL); Rede Cerrado; Rede Mata Atlântica; Ser Mulher - Centro de Estudos e Ação da Mulher Urbana e Rural; Sociedade de Defesa dos Direitos Sexuais na Amazônia (Sódireitos); Terra e Organização da Sociedade Civil; Visão Mundial; Vitae Civilis - Instituto Para o Desenvolvimento, Meio Ambiente e Paz

#### Amazônia

Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab); Fórum da Amazônia Oriental (Faor); Grupo de Trabalho Amazônico (GTA); Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia (Mama)

#### Coordenação Nacional

Alternativa para a Pequena Agricultura do Estado do Tocantins (APA-TO) - Paulo Rogério Gonçalves  
Centro de Cultura Luiz Freire - Maria Elizabete Ramos e Ana Nery Melo  
Centro de Educação e Assessoria Popular (Ceap-RO) - Emanuel Meirelles  
Esplar - Centro de Pesquisa e Assessoria - Magnólia Said e Marcus Vinicius Oliveira  
Fórum da Amazônia Oriental (Faor) - Guilherme Carvalho  
Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) - Luciana Badin  
Instituto de Estudos Sócio-Econômicos (Inesc) - Ricardo Verдум e Iara Pietricovsky  
Instituto de Políticas Alternativas do Cone Sul (Pacs) - Alessandro Biazi  
Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB) - Ricardo Montagner e Ivanei Dalla Costa

#### Secretaria Executiva

Secretário Executivo - Gabriel Strautman  
Assessora de Comunicação - Patrícia Bonilha

A notícia que a gente queria ouvir:

## Foi criada a CPI da Dívida Pública

Uma grande vitória para as organizações da sociedade civil que defendem que a dívida pública (externa e interna) é uma dívida ilegítima e já paga inúmeras vezes

No dia 8 de dezembro de 2008 foi criada a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Dívida Pública. Com previsão de iniciar suas atividades ainda no primeiro semestre de 2009, essa CPI tem como objetivo “investigar a dívida pública da União, Estados e Municípios, o pagamento de juros da mesma, os beneficiários destes pagamentos e o seu monumental impacto nas políticas sociais e no desenvolvimento sustentável do País”.

A CPI é resultado da iniciativa do deputado federal Ivan Valente (PSOL) que, em fevereiro de 2008, apresentou o requerimento de criação da mesma. Na sua justificativa, ele afirma que “Apenas de janeiro de 2003, início do primeiro mandato

do governo Lula, até agora, o Brasil destinou mais de R\$ 851 bilhões somente para o pagamento de juros nominais da dívida pública (interna e externa)... Esta escolha é o maior crime que se perpetra contra a população excluída, e quem ganha são os bancos e a especulação financeira”.

Ainda não se trata do Art. 26 das Disposições Transitórias da Constituição, que prevê a auditoria da dívida. No entanto, a criação da CPI já representa um importante avanço, na medida em que seus integrantes terão poderes suficientes para investigar a fundo o processo de endividamento.

Será preciso organizar ações de pressão popular em todo o Brasil, como uma

ampla mobilização nos estados e municípios, para que o trabalho dos parlamentares possa ser acompanhado de perto.

Com a criação da CPI da dívida, o Brasil segue o exemplo de países como o Equador e o Paraguai, que já avançam em processos de auditorias de suas dívidas públicas. Na avaliação de muitos movimentos e organizações sociais, é fundamental acabar com esse instrumento de dominação política que representa o endividamento e comprovar, através das auditorias, que os povos do Sul são os verdadeiros credores.

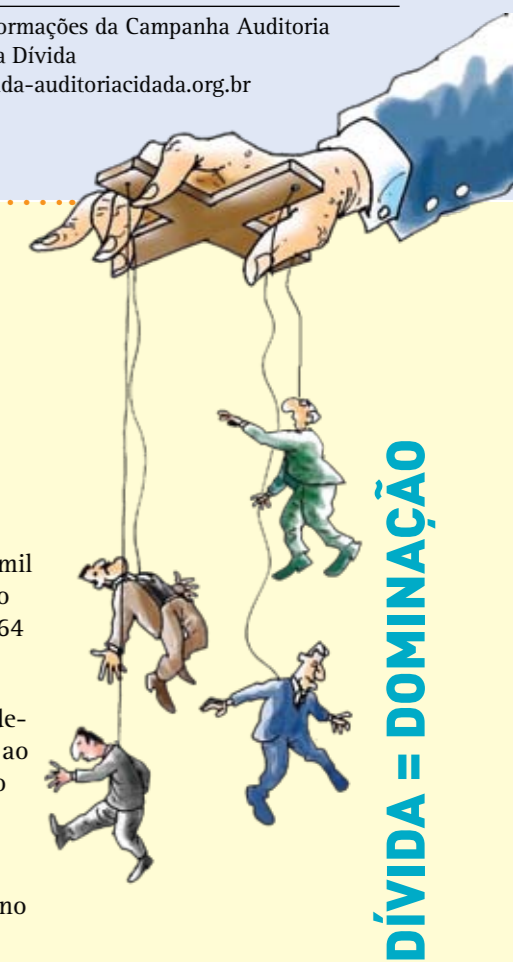
\*Com informações da Campanha Auditoria Cidadã da Dívida  
[www.divida-auditoriacidada.org.br](http://www.divida-auditoriacidada.org.br)

### Números inquietantes (pra não dizer assombrosos...)

**46,5%** dos recursos previstos no Projeto de Lei do Orçamento da União para 2008 foram destinados ao refinanciamento, amortização ou pagamento dos juros da dívida pública. Este valor representa um montante de **R\$ 559 bilhões de reais**.

#### R\$ 559 bilhões representa:

- A construção de **55,9 milhões de casas populares** (de alvenaria, com 40 a 50 m<sup>2</sup>, gastando R\$ 10 mil em cada uma, ou seja, o dobro do valor do método elaborado pela COPPE/UFRJ, que tem custo unitário de R\$ 5 mil). Isso é **7 vezes mais** que todo o **déficit habitacional brasileiro** que, em 2006, era de 7,964 milhões de residências, segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV);
- **10 vezes o valor** que o Fundo Nacional da Educação Básica (Fundeb) arrecadou com os impostos federais, estaduais e municipais em todo o território nacional **pra investir na educação básica** (da creche ao ensino médio) **no País em 2008**; sendo que do montante de quase R\$ 50 bilhões do Fundeb, o governo federal contribuiu com apenas R\$ 3 bilhões;
- Seria possível **assentar 18,6 milhões de famílias sem-terra** (custo aproximado de R\$ 30 mil por família). Mesmo com um custo mais alto de R\$ 180 mil, como foi o caso do assentamento de Aliança, no município de Linhares, no Espírito Santo, daria para assentar 3 milhões e 105 mil famílias;
- Representa mais de **12 vezes todo o investimento** que o governo federal fez no ano **de 2008 na área da saúde**, que foi de R\$ 44,4 bilhões;
- Seria possível gerar em torno de **55,9 milhões de empregos** na agricultura (R\$ 10 mil por pessoa).







“O tradicional não está relacionado com o passado, com a linearidade do tempo. O tradicional está relacionado com a maneira de uso dos recursos e com sua persistência. Ele tem a ver com o futuro.”

(Alfredo Wagner Berno de Almeida)